



**O envelhecimento da população residente e a erosão demográfica na Freguesia de Montalvão**

**- Antevisão para os próximos 20 anos -**

**(Estudo para reflexão)**

**Luís Gonçalves Gomes**



**O envelhecimento da população residente e a erosão demográfica na Freguesia de Montalvão**  
**- Antevisão para os próximos 20 anos -**

## MANIFESTO

A Freguesia de Montalvão, tal como outras da faixa interior do país, apresenta uma situação demográfica muito preocupante, qual corolário do contínuo decréscimo populacional que vem sofrendo desde os anos sessenta, sobretudo. A continuar assim, como se receia, daqui a “escassos” 20 anos, a população da Freguesia será pouco mais que residual, em especial a de Salavessa. É o que a presente análise procura evidenciar, como matéria de reflexão e não mais do que isso. O tema em si, em termos gerais e em alguns casos até específicos, não é novidade para ninguém e está uma vez mais na ordem do dia. Infelizmente, o caso particular da Freguesia de Montalvão, sendo um entre tantos idênticos, escapa às atenções do poder central e, por sua vez, o municipal, nesta matéria, pouco poderá fazer autonomamente, para além do que esteja no seu estrito âmbito de ação e esfera de influência. O tema em análise é de grande dimensão e complexidade, pelo que as medidas necessárias não podem ser simples e de efeito rápido ou mesmo a prazo mediano, para, no mínimo, sustentar a tendência de decréscimo demográfico, devido às razões explicitadas no presente estudo. É uma questão que incumbe resolver primordialmente aos decisores políticos, lato senso, aos quais cabe a responsabilidade social e histórica de o fazerem, com a celeridade que sustenha o referido processo degenerativo. Mas também a sociedade civil - no âmbito do indeclinável dever de cidadania ativa - não pode ou não deve eximir-se a participar, de algum modo, na resolução de um problema que a todos atingirá e a todos, por consequência, importará ver resolvido. O signatário, atribuindo-se a si mesmo esse dever cívico, elaborou o presente estudo, expressão, para já, do seu contributo pessoal nesta matéria, apenas com o intuito de suscitar a reflexão, pelo menos, dos que se inquietam com esta situação. É, em suma, uma chamada de atenção de alguém preocupado com uma problemática que, no geral, acompanha desde 1996, e não resignado no caso da sua Freguesia natal (Montalvão), por acreditar que a mesma reúne os requisitos essenciais para, pelo menos, poder sustentar, a prazo, o processo de desertificação que a afeta desde há muitos anos. Ou, no mínimo dos mínimos, que vale a pena lutar por isso.

Luis Gonçalves Gomes – novembro 2017 (rev. fev. 2018)

### **Cântico Fraternal<sup>1</sup>**

Chamo por ti.  
Chamo por ti, com versos fraternais.  
Nunca te vi,  
Mas nascemos os dois dos mesmos pais.

Chamo em nome da vida, que me ordena  
Que te diga a verdade;  
É o meu lenço que acena,  
Mas o cais é de toda a humanidade.

Deixa as sombras e vem!  
És homem como eu sou, hás - de gostar  
De pisar com desdém  
A herança que não podes renovar.

**O passado é o passado – já morreu.  
Grande é o futuro, por nascer.  
Nenhum fruto maduro prometeu  
O que a semente pode prometer.**

Do que foi embebedas a lembrança.  
Do que hás - de ser, estremece!  
Vindo, voltas a ser criança;  
Mas aí, apodreces.

Chamo por ti, de manso,  
Numa ordeira canção;  
É uma ponte de sonho que te lanço...  
Passa por ela, irmão!

---

<sup>1</sup>TORGA, Miguel, Antologia Poética, 5ª edição, publicações Dom Quixote, pg. 106

## Índice

<b>1. Advertências e enquadramento</b>	<b>4</b>
<b>2. Sinopse</b>	<b>7</b>
<b>3. Retrospectiva global, a nível do concelho</b>	<b>10</b>
<b>4. Freguesia de Montalvão - situação em 2017; antevisão para 2037</b>	<b>16</b>
4.1 Freguesia de Montalvão – visão global	17
4.2 Freguesia de Montalvão – análise por sexo	22
4.2.1 Homens	22
4.2.2 Mulheres	26
4.3 Freguesia de Montalvão – análise por localidade	30
4.3.1 Montalvão	30
4.3.2 Salavessa	36
<b>5. Subsídios para algumas possíveis medidas de solução</b>	<b>40</b>
<b>Nota final</b>	<b>49</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>50</b>

## 1. Advertências e enquadramento

O presente estudo não é, nem pretende ser, aliás, um trabalho científico ou sequer exaustivo sobre o envelhecimento e a erosão demográfica observada na Freguesia de Montalvão, como titulado. Para o ser, teria de considerar, por um lado, um universo de dados mais alargado e, por outro, utilizar as técnicas e os métodos aplicáveis a estudos desta natureza. Não é, porém, esse o objetivo primeiro, nem o foco do presente diagnóstico.

No primeiro caso, para termos uma perceção completa daqueles fenómenos, teríamos de proceder ao levantamento mais abrangente de informações, como, por exemplo, sobre as pessoas de diferentes gerações que, com raízes diretas ou indiretas na Freguesia, a ela pretendem regressar e viver por períodos mais ou menos prolongados, compensando de algum modo e mesmo que sazonalmente, a redução da população residente e a erosão demográfica que a afeta, com tendência para assim continuar, caso, é necessário dizer, nada seja feito para as sustentar e, se possível, inverter. Para além daquela população-alvo, a recolha de informação sobre a natalidade autóctone, a partir das camadas populacionais residentes, em idade de procriação, seria outro dado a ter na devida conta, já que relativamente à inevitabilidade da morte das gerações mais velhas é, infelizmente, mais fácil antever o futuro.

Para o objetivo mais premente do presente estudo, isto é, antever a evolução da população residente na Freguesia para os próximos vinte anos - não compaginável com a morosidade e a falta de meios para uma pesquisa de dados mais aprofundada -, mostrou-se suficiente utilizar como base do estudo o registo de eleitores em 2017, que na sua esmagadora maioria são residentes efetivos em Montalvão e Salavessa, localidades que formam a Freguesia. Foram assim solicitados e disponibilizados pela Junta de Freguesia de Montalvão, o que agradecemos, os cadernos eleitorais utilizados nas últimas eleições autárquicas, datados de setembro de 2017

Por outro lado, o estudo científico de dados exaustivamente pesquisados e as conclusões suscetíveis de dele serem retiradas, careceria da análise abalizada de um especialista-demógrafo, o que não é o caso do autor deste diagnóstico singelo, contudo não despidendo, por diversas e muito ponderosas razões.

Sendo assim, o presente estudo, partindo da caracterização - por idade, sexo e localidade -, da população eleitoral registada na Freguesia de Montalvão, procurou avaliar a evolução da mesma nos próximos 20 anos, tempo suficiente para se perceber quais os efeitos que a mortalidade e a natalidade que nela inevitavelmente ocorrerão, sobretudo a primeira, terão sobre a dimensão da população residente em 2037.

Para isso, considerou-se uma esperança média de vida de 90 anos, uniforme tanto para Homens como para Mulheres, não obstante sabermos que a atual longevidade é distinta para os dois sexos, sendo inferior para o elemento masculino, em cerca de 5 anos. No entanto, a avaliar pelo aumento que o número de anos da vida humana vem sucessivamente registando<sup>2</sup>, e assim deverá continuar, é

---

<sup>2</sup> 1970 = 67,07 anos; 1980 = 71,22 a.; 1990 = 73,97 a.; 2000 = 76,32 a.; 2010 = 79,03 a.; 2015 = 81,52 anos.

expetável que daqui a vinte anos os indicadores atinjam valores superiores aos atuais (aproximando-se dos 90 anos no caso das Mulheres<sup>3</sup>) e, por conseguinte, estando a considerar-se um valor médio, a margem de erro não influenciará as conclusões essenciais que quisemos obter.

A finalizar o capítulo das advertências, importa referir que ao autor não o move outro impulso que não seja o incontornável dever de exercício de cidadania ativa, que incumbe a qualquer um, aliás. Enquanto cidadão atento e, na medida do possível, empenhado, preocupam-no estes fenómenos sociais e consequentemente o seu estudo, ainda que a título meramente pessoal, mas, se possível, com alguma utilidade. Não é uma preocupação de agora, não obstante o tema estar novamente na ordem do dia. Por recorrência episódica? Deseja-se que desta vez seja mais do que mera pulsão conjuntural.

De facto, o interesse pessoal e a sensibilização para estas matérias advêm dos idos de 1996<sup>4</sup>, quando o tema da Regionalização foi lançado para debate público, muito por força do então Presidente Jorge Sampaio.

A Regionalização, na perspetiva que então se apresentava - de tão diabolizada pelos opositores -, não vingou, mais por razões ideológico-partidárias, do que pelos motivos substanciais que lhe estavam intrínsecos. No entanto, olhando a esta distância, não se pode dizer que nada de positivo se alcançou, já que o panorama de desenvolvimento então apresentado na metade interior de Portugal continental era tão paupérrimo, que o pouco que se fizesse far-se-ia notar.

Também a esta distância e continuando a olhar para essa parte do país e, em especial, para as terras mais periféricas, face à delimitação com Espanha (nas quais se inclui a Freguesia de Montalvão, ela mesma a mais periférica do Concelho de Nisa), somos forçados a concluir que ficámos muito aquém do que seria imperioso fazer, mau grado o trabalho que as autarquias vêm desenvolvendo, após a consagração e o reforço do poder local, advindo da Constituição de 1976.

(Conclusão incontornável aquela, face ao panorama de desertificação sucessiva com que nos confrontamos, desde há mais de 50 anos.)

Efetivamente, a partir daquela data, o poder autárquico<sup>5</sup> adquiriu melhores condições de organização administrativa e financeira, tendo vindo desde então a ser dotado de maiores meios de intervenção a nível local, em benefício das populações que servem. A descentralização conseguida através e por mérito do poder local é, em si mesma, uma boa forma de desconcentração do poder central, que, em termos da correta compreensão das necessidades locais, não tem nem pode ter, sejamos justos, melhor sensibilização e formas de atuação mais expeditas do que as inerentes às autarquias, pela

<sup>3</sup> Portugal é um dos 35 países onde a esperança média de vida para as mulheres poderá chegar próximo dos 90 anos (87,5) em 2030, segundo o "Observador": <http://observador.pt/2017/02/22/esperanca-media-de-vida-perto-dos-90-anos-em-mais-de-35-paises/>

<sup>4</sup> Para isso, foi essencial o estudo, entre outros, do "*Livro Branco da Regionalização*", editado pelo MAI, em 1980, dele respigando as seguintes conclusões, já nessa altura muito avisadoras: a faixa compreendida entre Braga e Setúbal, com uma largura de trinta a quarenta quilómetros para o interior, com uma área igual a 1/4 da superfície do Continente (uma pequena parcela do território, portanto) correspondia a cerca de 2/3 da população total (uma enormidade), a 4/5 do produto total e a 9/10 da indústria transformadora, para além de concentrar o maior número de escolas, bibliotecas, tribunais e vários outros equipamentos coletivos. Um absoluto desequilíbrio face ao interior, já naquela época (37 anos atrás). Graças ao papel e dinâmica das autarquias, algumas daquelas distorções foram minimizadas, mas outras agravaram-se substancialmente ("*Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território*", vol I – 1993). Vide outra bibliografia na última página.

<sup>5</sup> (já ensaiado na Constituição republicana aprovada em 21 agosto de 1911 – "*Título IV – Das Instituições Locais Administrativas*")



gestão de proximidade que mantêm com as populações. Não fora isso, muito pior estaríamos em termos de abandono do interior, de norte a sul do país.

Voltando ao presente diagnóstico e para concluir este capítulo, importa ainda dar uma outra nota pessoal de dúvida e que se prende com a pergunta óbvia: *“o que fazer com este estudo?”*.

Perante as conclusões que dele se podem extrair, como mais adiante se verá, de que valeria guardá-lo no silêncio de uma gaveta? Em termos pessoais, pouco mais poderemos fazer do que encaminhá-lo para quem nos pareça lhe poderá interessar, poder dar-lhe eventual continuidade ou, ainda, desejavelmente, maior aprofundamento e, a partir daí, decidir o que se imponha fazer.

Só por si, o que decorre do presente estudo, apesar da sua singeleza, já é suficientemente impressionante para que não mais possamos continuar tranquilos nas nossas consciências e, passe talvez o exagero, na nossa indiferença, porque se nenhuma atitude for tomada, o futuro (inexoravelmente próximo) se encarregará de mostrar a enormidade do nosso erro e da nossa (ir)responsabilidade cívica e histórica.

O caso vertente de Montalvão e Salavessa (como, aliás, de outras localidades que se defrontam com este tipo de problemas demográficos, sem que tal nos possa confortar), coloca-nos três hipóteses ou vias para abordagem da questão:

- A primeira é, tão simplesmente, menosprezá-la e, por consequência, ficar-lhe indiferente, embora não ignorando o problema, mas passar-lhe ao lado. É uma atitude a não adotar;
- A segunda hipótese, tal como a anterior, será também de banir liminarmente. Ou seja, constatar e ter plena consciência do sucessivo desaparecimento de conterrâneos residentes - maioritariamente por envelhecimento -, bem como da baixa ou quase nula natalidade autóctone e aceitar tudo isso como uma fatalidade inelutável, sem nada que possamos ou valha a pena fazer. Seria como quem caminha convicto para um abismo, mas em “paz” com a sua inércia para o evitar;
- A terceira e única abordagem que importa considerar e adotar, consiste em olhar para esta realidade e, percebendo o dramatismo social que lhe está associado, tudo fazer o que estiver ao nosso alcance para a contrariar, seja como responsáveis e decisores políticos – centrais e locais -, seja como sociedade civil, dado que o problema a todos afeta e, por conseguinte, a procura de soluções a todos deverá interessar e mobilizar, de modo a que nunca se atinja uma situação irreversível.

Efetivamente, ninguém com boa consciência social e cívica pode ficar indiferente e impassível perante um problema tão determinante para a sobrevivência da nossa terra (dito assim mesmo para termos uma ideia exata da sua real dimensão) e para a vida das suas gerações futuras.

A retrospectiva do sucessivo decréscimo demográfico iniciado em 1940, ano em que se atingiu o pico da população montalvanense, para depois decrescer sucessivamente e com maior acuidade na década de sessenta do século passado, dá-nos uma ideia precisa do que poderá acontecer nas próximas décadas, se nada for feito para o evitar. Basta lembrar os casos de desertificação total e de abandono em várias aldeias do interior do país, o que, convictamente, não queremos que aconteça connosco.

Uma certeza, porém, parece óbvia. Se nada for feito, a cada vez mais escassa população jovem residente terá o infortúnio de assistir a uma erosão demográfica inexorável e viverá no seio de uma população quase residual... de idosos, com certeza.

Alentados com os casos semelhantes ao nosso, inclusive no estrangeiro, que foram bem-sucedidos com as medidas estruturantes que adotaram, também no caso de Montalvão e Salavessa encontramos razões objetivas para pensar que é possível sustentar e, quiçá, inverter a atual tendência erosiva que as vem atingido. Pelo menos no caso da Freguesia de Montalvão não devemos excluir liminarmente essa tentativa, porque *“só se perdem as batalhas que não se travam”*. É bom que tenhamos este lema como estímulo para o que se torna forçoso fazer.

## 2. Sinopse

A questão da erosão demográfica, em particular nas zonas do interior, de norte a sul do país, como referido antes, é um fenómeno antigo.

A nível do Concelho de Nisa, tal como a nível nacional, o ponto máximo dos indicadores demográficos foi atingido em 1950. Como mostrado no primeiro gráfico em “Retrospectiva”, a partir dali o decréscimo populacional foi sucessivo, até aos dias de hoje, com maior ênfase na década de sessenta. A demografia do concelho obedeceu assim à regra geral, tornando-se alarmante o decréscimo registado desde então nas suas freguesias, nuns casos mais acentuadamente do que noutros e, por decorrência, a nível concelhio.

Como também mostrado em “Retrospectiva”, a Freguesia de Montalvão é uma das mais atingidas, eventualmente por se tratar da mais afastada do centro concelhio e, por conseguinte, a mais periférica e com menores condições de sustentabilidade económica, com a agravante de os rios Sever e Tejo lhe cortarem os acessos terrestres, tanto para a vizinha Cedilho, em Espanha, como para as localidades mais próximas da Beira Baixa, que com ela poderiam interagir positivamente, em termos económicos, sociais e culturais.

Das duas localidades que compõem a Freguesia, Montalvão e Salavessa, o panorama nesta última ainda é mais preocupante, não obstante o de Montalvão já nos dever inquietar bastante, como procuraremos demonstrar através da análise estatística apresentada no estudo.

Alertados agora (ou ainda que já estivéssemos) para a situação existente e que se agravará drasticamente nos próximos vinte anos, se nada em contrário for feito, conforta-nos saber:

1º Que existem soluções;

2º Que a Freguesia tem potencialidades reais que permitem aplicar diferentes tipos de medidas desenvolvimentistas e de progresso;

3º Que da parte da sociedade civil e das diferentes organizações existentes na Freguesia tem havido empenhamento efetivo, vontade e disponibilidade para realizar diversos tipos de iniciativas, as quais, se forem devidamente aproveitadas, incentivadas e apoiadas pela



autarquia, em primeira instância e, interpostamente, pelo poder central, decerto contribuirão para sustentar a erosão verificada e inverter esse processo.

Se para grandes males, grandes remédios,<sup>6</sup> algumas das medidas eventualmente a adoptar, terão de romper com alguns preconceitos ancestrais, de natureza cultural, de ultrapassadas rivalidades “bairristas” ou do que quer que seja, em favor de uma maior cooperação e entreaajuda interpovoações, ainda que pertencentes a distintas áreas administrativa ou jurisdições municipais, sem que estas sejam minimamente postas em causa. É uma clara aposta na maior proximidade geográfica e acessibilidade, na identidade e nas afinidades culturais, religiosas, sociais e de tradições, sem descurar uma maior interação dentro dos limites autárquicos e no seio da natural família concelhia.

O mesmo pode aplicar-se à interação entre os distintos municípios que se confrontam com o mesmo tipo de problemas e preocupações e que, no nosso ponto de vista, só através de uma alargada cooperação entre si os conseguirão solucionar, melhor e mais rapidamente, no seu estrito âmbito, como as circunstâncias, aliás, exigem para tão ciclópicas tarefas.

Todavia, como manifestámos antes, trata-se de um problema estruturante, exigindo certamente medidas que estão muito para além da capacidade de intervenção do poder autárquico.

Tal será eventualmente a situação do Município de Nisa, cuja ação poderá mostrar-se insuficiente para conseguir sustentar e, desejavelmente, reverter a situação catastrófica que se prenuncia, em particular, em algumas das suas freguesias, como é o caso da Freguesia de Montalvão, objeto desta análise e, por decorrência, para o próprio concelho.

De facto, é no âmbito da estreita relação entre os poderes central e local que as soluções estruturantes (porque só soluções deste tipo poderão inverter a situação) podem e devem ser encontradas, sem descartar os contributos que a sociedade civil igualmente pode e deve dar, em articulação com os poderes instituídos, assim estes os possam e queiram acolher.

A cooperação entre o Estado (leia-se órgãos governamentais) e os municípios/freguesias é sempre desejável, para não dizer imprescindível, ainda para mais quando aos municípios e suas freguesias são delegadas competências para as quais não lhes foram ou não lhes estão assegurados os recursos necessários. Por maioria de razão, mais necessária se torna ainda uma cooperação muito estreita e cúmplice para solucionar um problema que, no limite, é de âmbito nacional, mais do que local.

Por sua vez, o poder local, estando na primeira linha da defesa das populações e, por conseguinte, sendo o seu direto representante e defensor perante o Estado, tem a incumbência de as proteger e zelar pelo seu progresso, identificando e propondo aos órgãos governamentais tutelares, as soluções que ultrapassem a sua esfera de decisão e, naturalmente, resolvendo as que lhe correspondam. Tal é,

---

<sup>6</sup> Há muitos séculos atrás, em 1375, D. Fernando I, através da “*Lei das Sesmarias*”<sup>6</sup> - legislação de âmbito e alcance muito vastos -, pretendeu inverter, entre outras coisas, a tendência da fuga da população dos campos para as cidades, dispondo no sentido de fixar a mão-de-obra nas zonas rurais, a fim de aumentar o cultivo das terras e contrariar o despovoamento rural. Para isso, não só ordenou aos proprietários tal cultivo, sob risco de expropriação se o não fizessem, como determinou que os homens e mulheres sem ocupação e que se encontrassem pedindo ou vagabundeando, fossem obrigados pela justiça a servir na lavoura ou em outros ofícios, de igual modo fisicamente exigentes.

Os tempos são outros e distintas são as medidas a aplicar, embora aquela antiga lei possa servir de inspiração, sobretudo o que estava subjacente à sua aplicação.

justamente, o momento em que nos encontramos, face à situação constatada, mas que não é de agora, dado se vir manifestando desde há mais de seis décadas. Mas isso é o passado irrecuperável. O que agora verdadeiramente importa é, partindo desse angustiante conhecimento, antever com relativa facilidade o que continuará a suceder e algo fazer para o evitar. Caso contrário, é certo que nos encaminharemos a passos largos para a catástrofe, que será o desaparecimento puro e simples, a não longo prazo, de importantes populações do concelho e das respetivas localidades. Na Freguesia de Montalvão, poderá ser esse o caso de Salavessa, a mais breve prazo, ou, a maior distância, o de Montalvão, mas outros há, a nível concelhio, com idêntico risco.

Perante uma tal ameaça, haverá os que, resguardando-se numa atitude defensiva para consigo mesmo, tenderão a considerar que tal não passa de uma visão catastrofista. Posição perigosa essa, porque anquilosante. Contudo, a realidade mostrada ao longo dos últimos quase setenta anos e o que podemos desde já antever para daqui a vinte, pelo menos, confronta-nos com essa terrível ameaça, para não dizer certeza.

Vinte anos é um prazo suficiente para, no caso que nos importa estudar, por um lado, percebermos os efeitos da erosão demográfica e, por outro, para que as soluções suscetíveis de serem adotadas produzam resultados, a tempo de impedir que a situação se torne irreversível.

A referida erosão demográfica resulta da conjugação dos dois factores que mais a podem determinar, isto é: a morte natural e inevitável por envelhecimento; a baixa ou nula natalidade, resultante da ausência de população em idade de procriação, o que entronca com a escassez ou mesmo inexistência de condições económicas e sociais (na Freguesia ou na sua proximidade) para fixar a correspondente população ativa residente e captar outra nas mesmas condições. É precisamente aqui que reside o cerne da questão essencial a resolver, dado que, de facto, por muito importantes e necessárias que sejam as medidas de apoio à natalidade, à escolaridade e à juventude, as mesmas só produzirão efeitos práticos se houver população efetiva para as aplicar. Por conseguinte, é ao nível da população ativa (a que exista e deva ser fixada e outra suscetível de captação), potencialmente geradora de mais nascimentos, que deve incidir o foco da atenção e das medidas estruturantes a adotar.

Vejamos então os efeitos quantificados da erosão demográfica que estudámos:

- O concelho de Nisa, no conjunto das suas freguesias, atingiu em 1950 o máximo populacional de 19.920 indivíduos, registando em 2017, 6.111 pessoas. Ou seja, em 67 anos, o concelho, no seu todo, sofreu uma redução de 13.809 indivíduos, correspondendo a 69,3 % da população, o que, só por si, é suficientemente inquietante;
- Mais gritante ainda é o caso da Freguesia de Montalvão, que entre 1940 (máximo populacional de 2.672 indivíduos) e 2017 (329 residentes), perdeu 2.343 indivíduos, isto é, 87,7 % da população, a enormidade de quase 90 % de indivíduos.

Em 2017 estavam registados nos cadernos eleitorais 329 indivíduos, assim repartidos pelos lugares que formam a Freguesia: Montalvão: 256; Salavessa: 73.

Hoje em dia, a dimensão da população residente em Salavessa já é extremamente baixa, mas fazendo a antevisão para 2037 será dramaticamente residual, ficando com menos de metade da população atual, ou seja, com apenas 34 residentes (menos 39, que em 2017).

No mesmo período, Montalvão terá uma baixa de 102 residentes, ficando apenas com 154 pessoas.

No global, restarão na Freguesia 188 indivíduos, o que corresponderá a uma perda acrescida de 141 habitantes (- 43 %).

### **3. Retrospectiva global, a nível do concelho**

Analisando o gráfico seguinte e como referido em “Sinopse”, constata-se que a população concelhia atingiu o seu máximo em 1950, verificando-se a partir desse ano o seu decréscimo sistemático até aos dias de hoje.

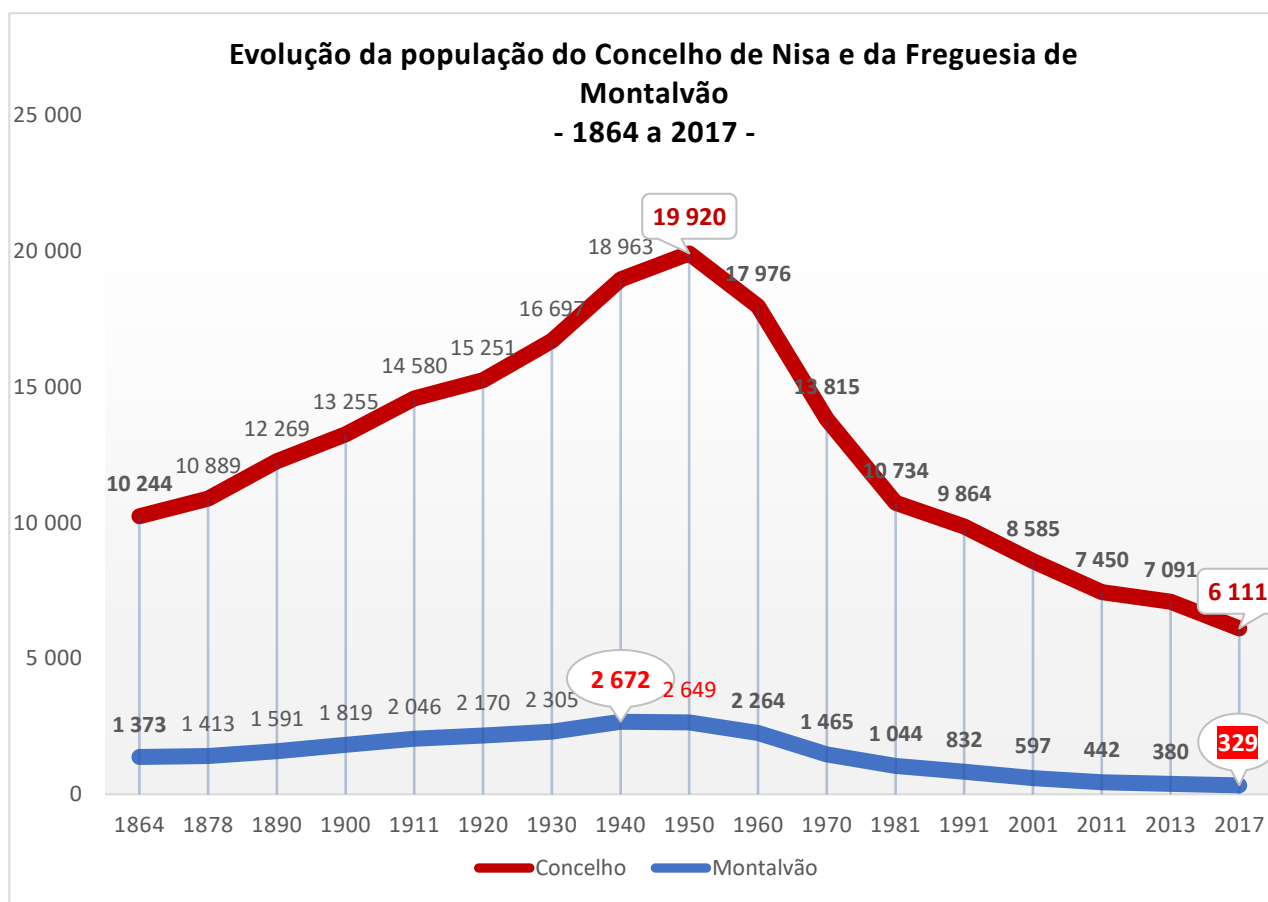
Como nele também se observa, a queda mais abrupta deu-se nas décadas de 60 e 70 do século passado, muito por causa da emigração massiva que se verificou para diversos países. Além deste fenómeno, determinado por imperiosa necessidade de fugir à precariedade da vida rural, neste como em tantos outros concelhos do interior, há a considerar o efeito da obrigatória incorporação militar de milhares de jovens, por força da chamada guerra colonial, decorrida concomitantemente ao longo da década de 60, princípios de 70.

Muitos daqueles jovens, por motivos idênticos aos que emigraram, cumprida que foi tal incorporação, não mais regressaram às suas terras de origem, ocasionando desse modo uma expressiva migração (êxodo rural) para os grandes centros urbanos do país.

A erosão demográfica ganhou assim uma expressão e importância nunca antes verificadas. Num intervalo de 30 anos (1950/1981), o concelho perdeu 9.186 pessoas, nada mais nada menos do que 46 % do máximo atingido; nos 30 anos seguintes (1981/2011) decresceu mais 3.284 e nos últimos seis anos (2011/2017) mais 1.339. Ou seja, no curto espaço de 67 anos (praticamente duas gerações e meia), como já referido no ponto anterior, o concelho perdeu cerca de 69 % da sua população residente (-13.809 indivíduos), estando agora reduzida a 6.111.

A nível da Freguesia de Montalvão, o pico populacional verificou-se em 1940 (máximo atingido), perdendo logo 23 indivíduos até 1950, ano a partir do qual sofreu a contínua redução demográfica, essencialmente por razões idênticas às já descritas. Tal como a nível concelhio, a maior queda deu-se entre 1950 e 1981 (os 30 anos mais erosivos), durante os quais a Freguesia perdeu 1.605 indivíduos, ou seja, quase 61 % da sua população ativa. Entre 1981 e 2011, a redução agravou-se com a perda de mais 602 pessoas. Entre 2011 e 2017, a redução continuou com a perda de mais 113 pessoas, situando-se agora nos 329 residentes.

Em suma, entre 1940 e 2017, a Freguesia perdeu 2.343 indivíduos, 87,7 % (quase 90 %) da população.



Fontes<sup>7</sup>

Os três gráficos seguintes dão-nos uma ideia do sucedido nas restantes Freguesias do Concelho.

Antes, porém, convém alertar para as diferenças (nalguns casos irrelevantes) entre os valores do censo populacional de 2011, disponibilizados pelo INE (como referenciado no primeiro gráfico) e os correspondentes ao recenseamento eleitoral para o mesmo ano, fornecidos pela PORDATA-Base de Dados Portugal Contemporâneo - <https://www.pordata.pt/>).

O gráfico relativo a 2017 baseia-se igualmente nos dados de PORDATA, compilados para as eleições autárquicas de 2017. Será nesta base que analisaremos a situação atual de cada freguesia, partindo do princípio que os eleitores recenseados correspondem aos residentes atuais, tal como fizemos para a Freguesia de Montalvão, salvaguardando para este caso a diferença (irrelevante) de 3 unidades, explicada no primeiro gráfico.

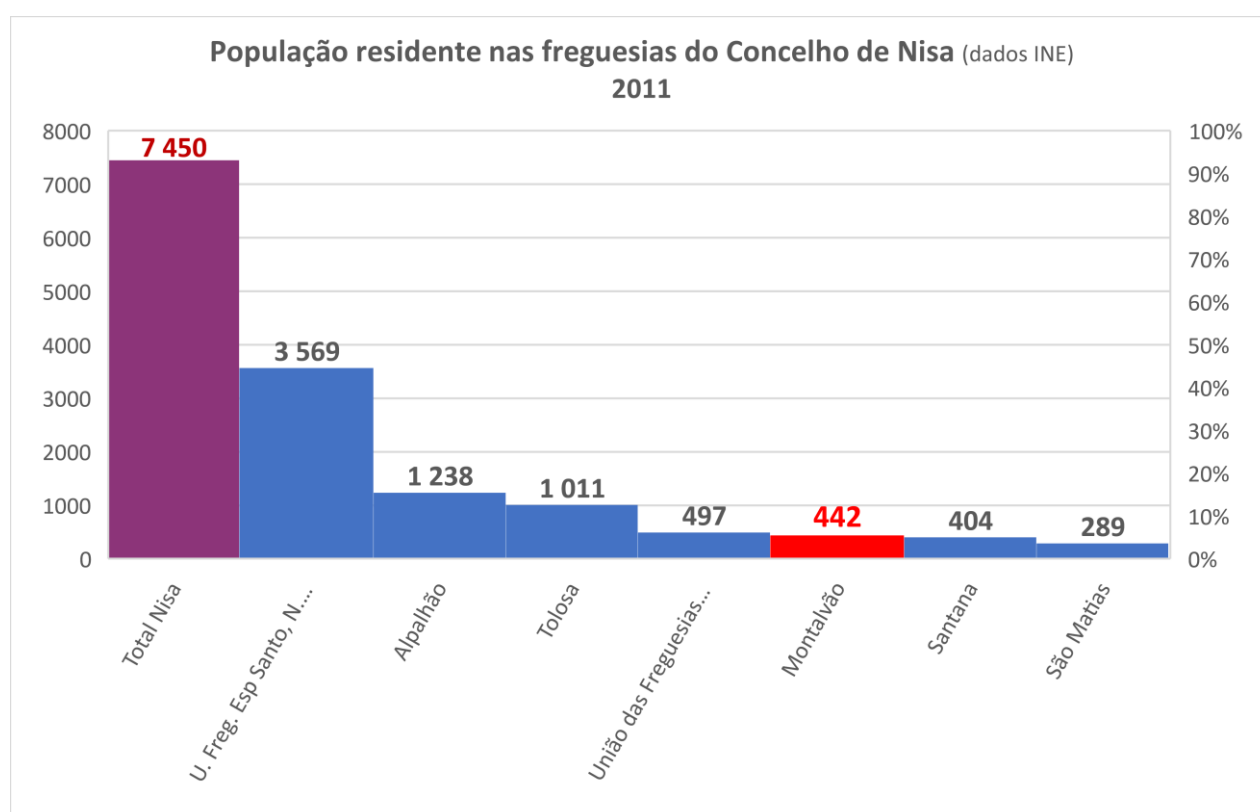
<sup>7</sup> a) Dados 1864 a 1991, [www.jfmontalvão.pt/Demografia](http://www.jfmontalvão.pt/Demografia): GOMES, Maria dos Remédios Miguéns Gonçalves, in, "Estudo Demográfico do Concelho de Nisa", realizado no âmbito da Licenciatura em Gestão e Administração Pública, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa (cópia depositada na Biblioteca Municipal de Nisa);

b) Dados de 2001 e 2011 e 2001/2011/2013: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros); e PORDATA – Fundação Francisco Manuel dos Santos;

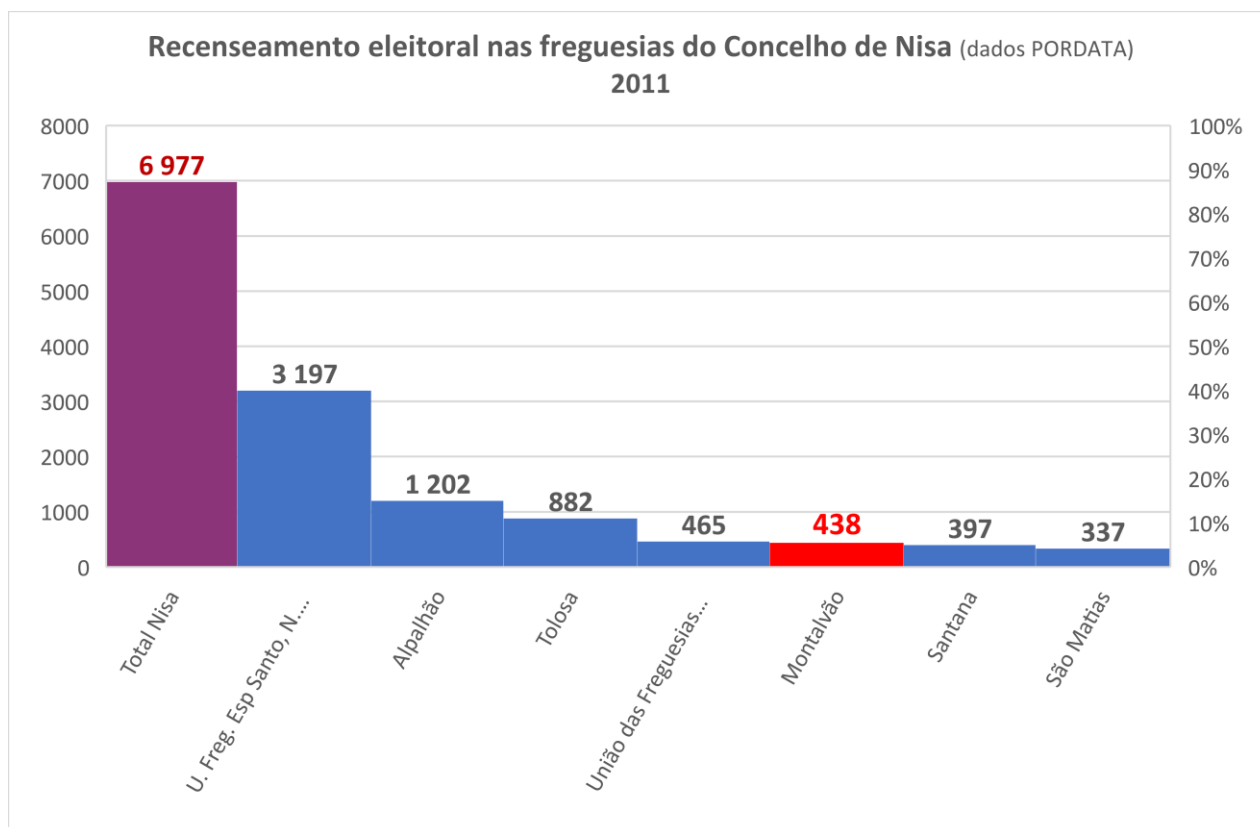
c) Valor estimado para Montalvão 2013 (380) e 2017 (329), obtido a partir dos registos eleitorais da Freguesia, havendo uma diferença irrelevante de 3 unidades para os valores de PORDATA (v. gráficos seguintes).

Obs.: o ano de 2011 corresponde ao último censo registado pelo INE-Instituto Nacional de Estatística (periodicidade dos censos 10 anos)

Assim, comparando os valores de recenseamento dos últimos seis anos, verifica-se uma continuada perda de população em todas as freguesias, confirmando, portanto, a tendência observada nos anos antecedentes.



**O envelhecimento da população residente e a erosão demográfica na Freguesia de Montalvão**  
**- Antevisão para os próximos 20 anos -**



Obs.<sup>8</sup>

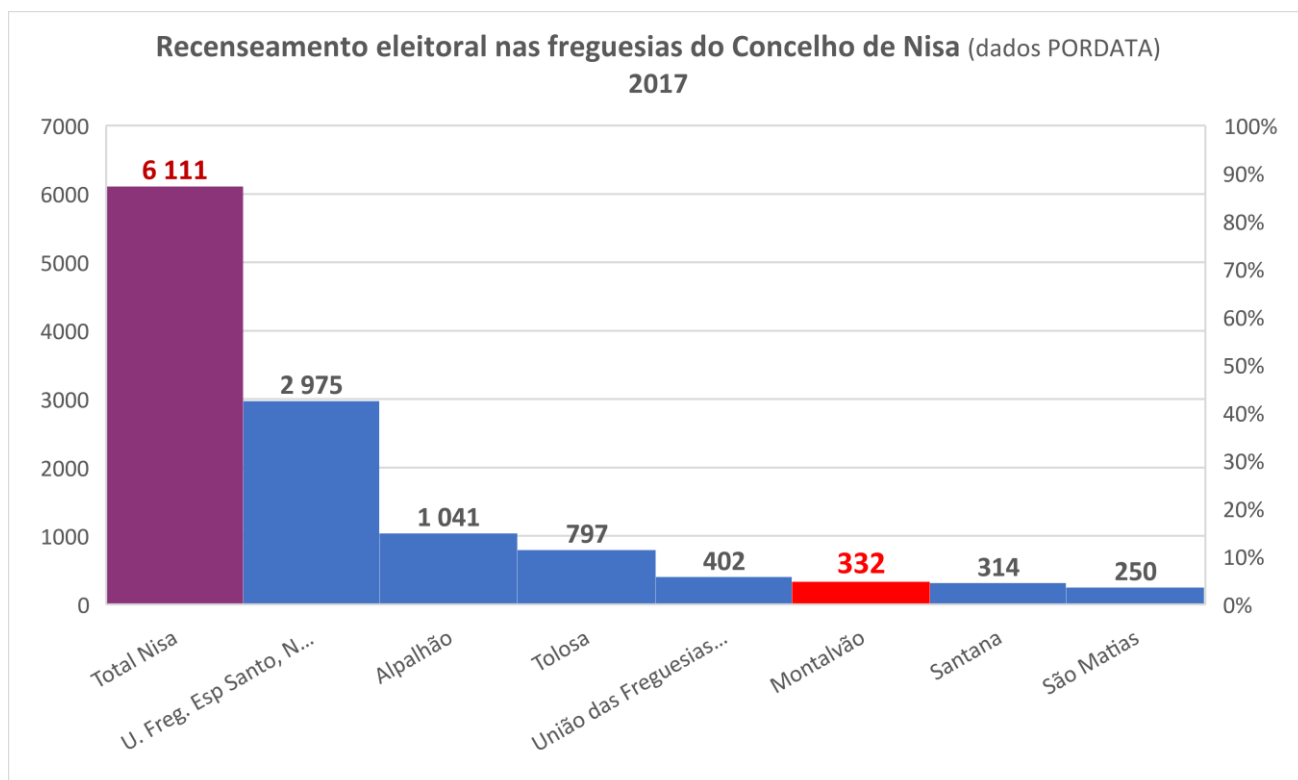
Detenhamo-nos nos valores de 2017, por traduzirem a realidade presente, que importa analisar.

Das atuais sete freguesias que atualmente formam o concelho. A maior delas, União das Freguesias do Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão (2.975 residentes), representa cerca de 49 % (quase metade) da população total do concelho (6.111), sendo a única que “beneficia” da atratividade exercida pela centralidade concelhia. Todas as outras estão geograficamente afastadas desse centro de decisão e do pulsar do concelho, com enorme desvantagem para Montalvão, por ser a mais periférica e estar emparedada contra os rios Sever e Tejo, sem comunicações viárias para norte, o que mais a limita ainda, em vários aspetos.

Alpalhão, a segunda mais populosa, representa 17% do concelho, seguindo-se Tolosa, com cerca de 14%, ambas a grande distância da primeira, em termos de peso relativo.

As restantes (União das Freguesias de Arez e Amieira do Tejo; Montalvão; Santana e São Matias, no conjunto com 1.298 residentes, correspondem a 21%, apresentando a de São Matias 250, (apenas 4 %), uma população pouco mais que residual, logo seguida de Santana (314; 5 %) e Montalvão (332 ou 329; 5,4 %), que se encontram praticamente na mesma situação de São Matias.

<sup>8</sup> Os valores das duas Uniãos de Freguesias, resultantes da reorganização administrativa de 2013, são reportados a 2012. Todos os outros correspondem a 2011.

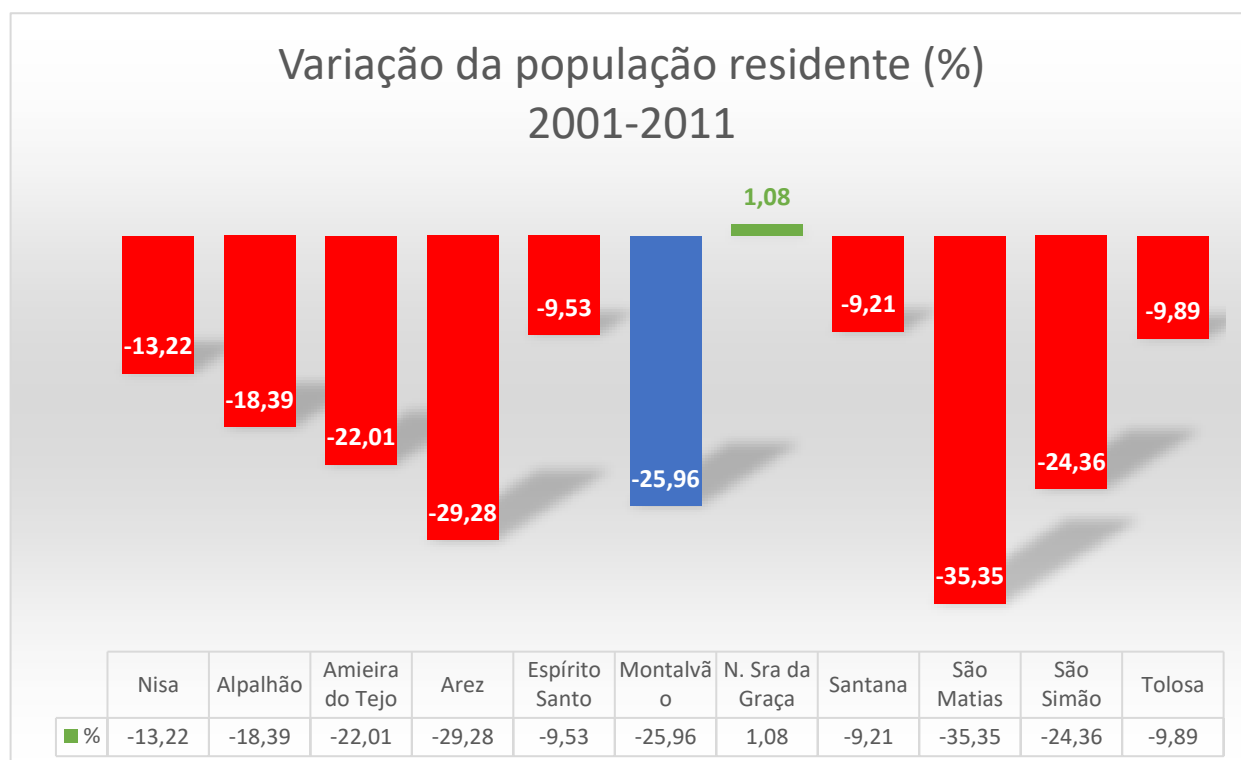


A erosão demográfica tem sido verdadeiramente devastadora, como evidenciado no gráfico infra.

Com exceção da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Graça (agora integrada na União das Freguesias do Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão), que registou entre 2001 e 2011 um crescimento, embora muito ligeiro (1,08 %), todas as outras sofreram drásticas reduções, de novo, com destaque negativo para São Matias, que perdeu 35,35 % da sua população residente. Logo a seguir, por ordem decrescente de percentagem perdida, surgem os casos de Arez, Montalvão, São Simão e Amieira do Tejo, todas com reduções superiores a 20 %.

A freguesia de Montalvão, que é o fulcro do presente estudo, apresenta uma diminuição de cerca de 26 %.



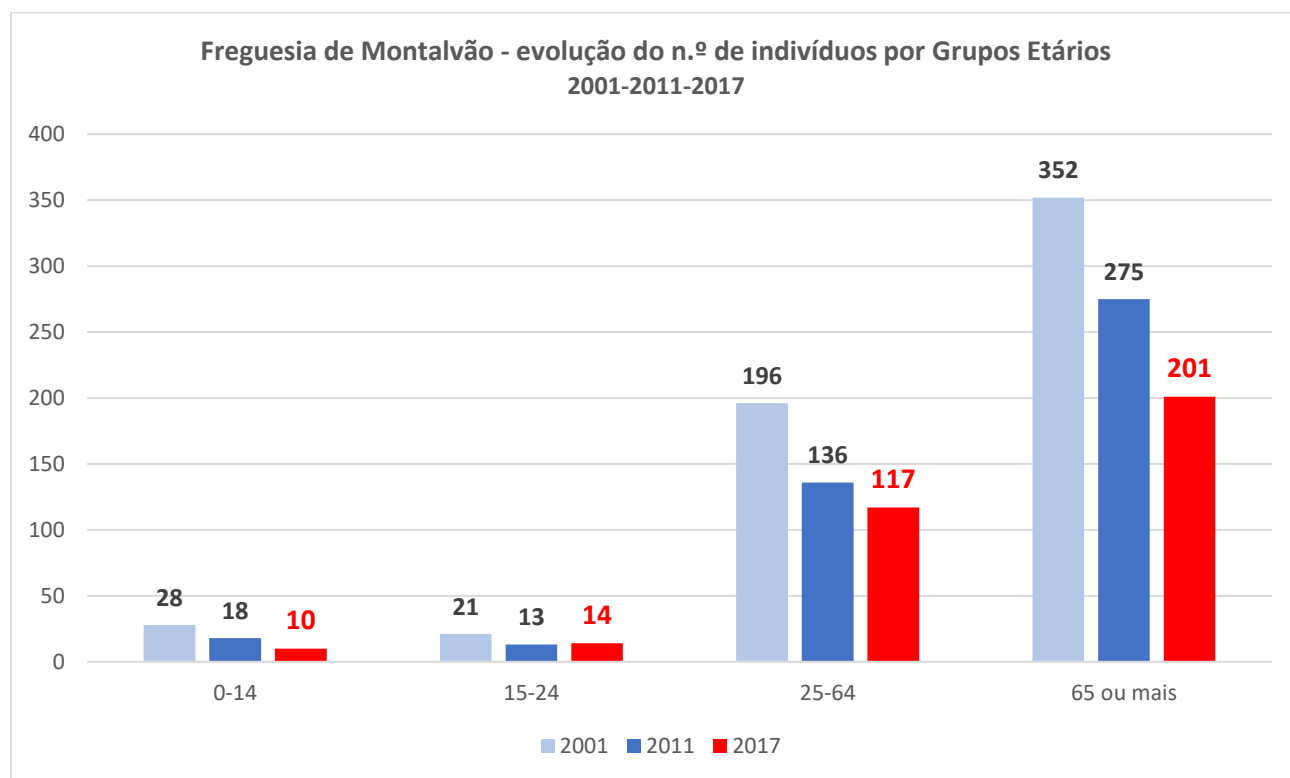


Fonte<sup>9</sup>

Ainda com base no último censo (2011), a desagregação por grupos etários (gráfico seguinte) permite-nos verificar que em todos eles se observam reduções, com maior ênfase para a faixa mais idosa, sem que tal redução seja compensada pelos escalões inferiores, isto é, por um maior número de nascimentos e de jovens em idade escolar. E tal sucede, como dissemos em “Sinopse”, porque o nível da população ativa existente e em idade de procriação, tem vindo a reduzir sucessivamente, uma vez que não encontra condições económicas e sociais para se fixar no concelho.

Também o número de idosos tem vindo a decrescer, por força da mortalidade, maioritariamente por envelhecimento, consequência da lei inexorável da vida. A mesma, porém, não foi compensada pelo crescimentos dos escalões anteriores, pelas razões acima explicadas.

<sup>9</sup> [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgi\\_d=censos\\_quadros](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgi_d=censos_quadros)



Fonte<sup>10</sup>

Se assim continuar, o que se verificará é o envelhecimento, natural e inelutável, da população da Freguesia (e do Concelho<sup>11</sup>) e, pior do que isso, sem renovação infanto-juvenil. Por conseguinte, com o desaparecimento das faixas de idade intermédias, sem renovação, portanto, a população idosa tenderá ela própria a desaparecer, a prazo, pela lei natural da vida.

#### 4. Freguesia de Montalvão - situação em 2017; antevisão para 2037

Como explicado antes, a análise referente à globalidade da Freguesia de Montalvão e a cada um dos lugares que a compõem (Montalvão e Salavessa) baseou-se nos cadernos eleitorais utilizados pela Junta de Freguesia nas últimas eleições autárquicas, realizadas em 1 de outubro de 2017, sendo os dados de setembro 2017. Por conseguinte, são dados oficiais e recentes, traduzindo a realidade demográfica da freguesia, em termos, podemos considerar, de fregueses residentes. Existem apenas menos de cinco casos, que constando nos cadernos eleitorais residem fora dela, embora possuam habitação num daqueles lugares. Sem relevância, porém, para efeitos do estudo. Por outro lado, já no decurso deste, verificou-se o falecimento de um residente, o que igualmente não é determinante para as grandes conclusões deste diagnóstico.

<sup>10</sup> Valores 2001 e 2011: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros); valores de 2017: cadernos eleitorais das Freguesias.

<sup>11</sup> O Concelho de Nisa é um dos concelhos nacionais com maior *índice de envelhecimento* (n.º de idosos por 100 jovens), segundo os censos (inf.ºº PORDATA): 1960 = 48,5; 2011 = 400,9; Ou em termos de população residente: 2016 = 386,9.

#### 4.1 Freguesia de Montalvão – visão global

A análise realizada é factual, traduzindo, portanto, a dimensão demográfica na atualidade, ou seja, 329 indivíduos residentes, sendo 256 em Montalvão e os restantes 73 em Salavessa, de acordo com os registos da Junta de Freguesia.

Como referido anteriormente, a tendência decrescente da população atualmente residente na Freguesia e o consequente nível demográfico, por sinal bem alarmante, resulta, por motivos vários, de uma perda de população da Freguesia de 2.343 indivíduos, 88 %, face ao máximo registado em 1940 (2.672 residentes), ano em que se atingiu o nível máximo populacional.

De entre as causas dessa erosão demográfica, destacam-se: os fenómenos migratórios massivos nas décadas de 60 e 70 do século passado; a mortalidade natural por envelhecimento<sup>12</sup>; a natalidade praticamente inexistente<sup>13</sup>, para além de outras razões, como a falta de condições e infra-estruturas económicas e assistenciais para a fixação e atração de jovens e casais em idade de procriação.<sup>14</sup>

Para termos uma pálida ideia da preocupante baixa natalidade, desde o ano 2000, nasceram em Montalvão apenas 11 indivíduos, o que corresponde a uma média anual inferior a 1 (um) e na Salavessa apenas 2 pessoas, por sinal, uma de cada sexo. É também por isto que a situação nesta última localidade é ultrapreocupante, como veremos mais adiante, através dos gráficos correspondentes. De facto, mesmo recuando a 1950, o número de pessoas ali nascidas e registadas, - em 67 anos, portanto -, é de apenas 28 indivíduos, não atingindo sequer a média de um nascimento por ano.

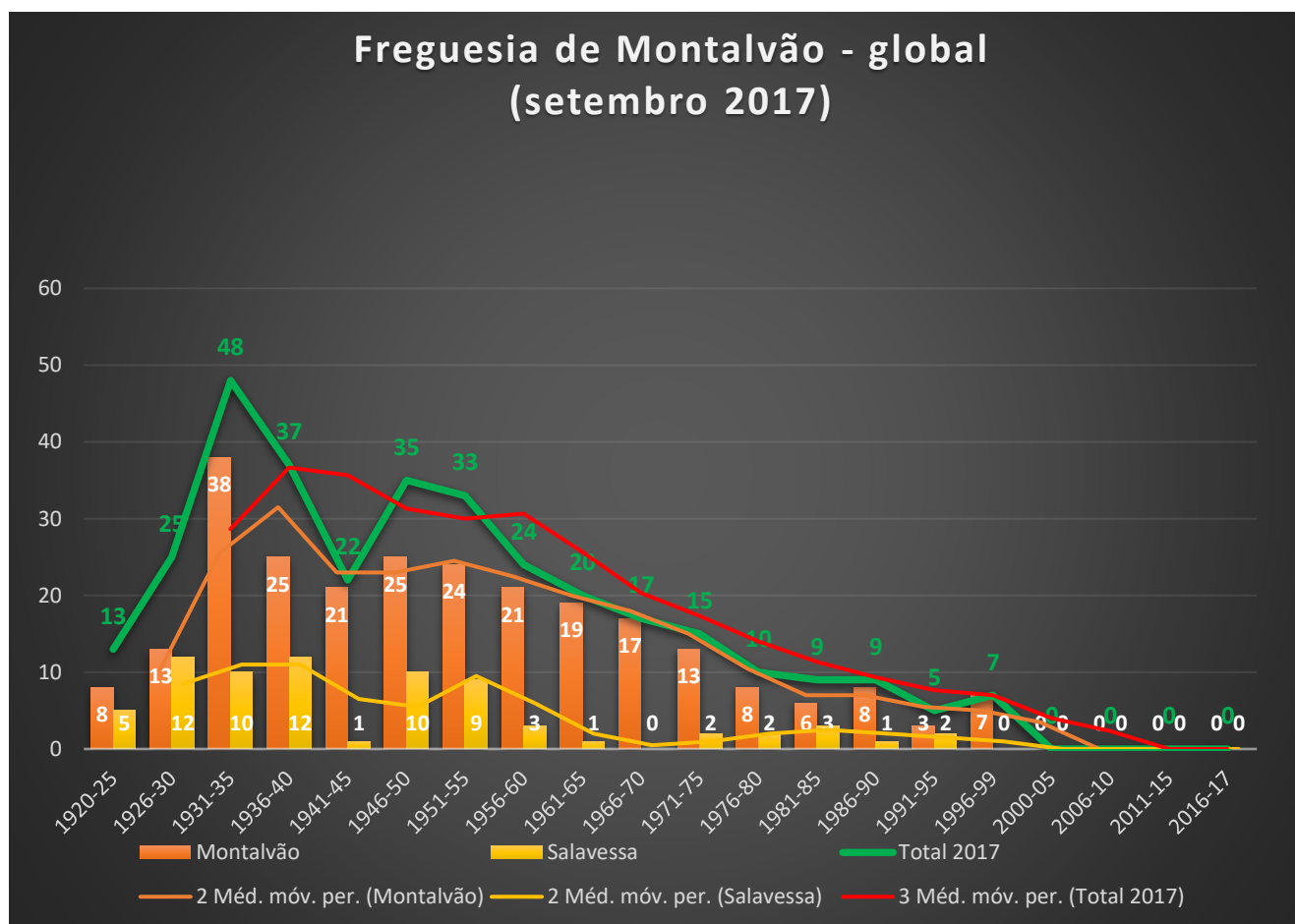
Assim, a análise (próximo gráfico) correspondente a 2017 – ano da realização das últimas eleições, na circunstância autárquicas - apenas considera os residentes que nesse ano possuíam idade para votar, por conseguinte mais de 18 anos, inclusive. Ficaram, portanto, excluídos os indivíduos nascidos a partir do ano 2000 e daí os valores a zero no gráfico, entre 2000-2017. Tais indivíduos estarão naturalmente considerados na antevisão para 2037, dado que neste ano, os nascidos até 2017, inclusive, já serão todos, por motivos de idade, cidadãos eleitores de pleno direito.

---

<sup>12</sup> *Taxa bruta de mortalidade* no Concelho (óbitos por 1.000 residentes) (fonte PORDATA): 1960 = 12,2; 2016 = 31,3, a segunda maior a nível nacional.

<sup>13</sup> *Taxa bruta de natalidade* no Concelho (nascimentos por 1.000 residentes) (fonte PORDATA): 1981 = 7,1; 2016 = 3,5, a terceira mais baixa a nível nacional.

<sup>14</sup> *Taxa de fecundidade geral* no Concelho (n.º filhos por 1.000 mulheres em idade fértil) (fonte PORDATA): 2001 = 33,4; 2016 = 19,8.



Unidade: número de indivíduos de ambos os sexos, que em 2017 tinham idade superior a 18 anos (nascidos entre 1920 e 1999, inclus.).

Efetivamente, a já de si preocupante situação atual, suscitou-nos o interesse em antever o que poderá suceder daqui a 20 anos (em 2037, portanto), período que não deverá ser considerado longo, face à premência de medidas efetivas a tomar, eventualmente, e ao período necessário para que as mesmas possam produzir resultados palpáveis, no sentido de sustentar a perda demográfica e, se possível, invertê-la.

Todos teremos consciência que não é uma tarefa fácil, quiçá inexequível, ou, no mínimo, impossível de realizar com sucesso pleno em curto período de tempo, mesmo nos vinte anos considerados. Mas duas décadas, se não perdermos mais tempo, poderá ser o tempo suficiente para que algo se faça com efeitos práticos num futuro mediato. Mesmo que já não possamos assistir a uma eventual recuperação, façamo-lo a pensar nas gerações vindouras, fazendo jus ao que nos mostra, igualmente, um outro poema, *“Canção do Semeador”*<sup>15</sup>, do mesmo autor, já antes citado:

<sup>15</sup> TORGA, Miguel, Antologia Poética, 5ª edição, publicações Dom Quixote, pg. 101.

### Canção do Semeador

Na terra negra da vida,  
Pousio do desespero,  
É que o Poeta semeia  
Poemas de confiança.  
O Poeta é uma criança  
Que devaneia.

Mas todo o semeador  
Semeia contra o presente.  
Semeia como vidente  
A seara do futuro,  
Sem saber se o chão é duro  
E lhe recebe a semente.

Sobre a antevisão que realizámos e que se mostra através dos gráficos seguintes, devem estes ser analisados à luz dos parâmetros descritos em “1. Advertências e enquadramento”, designadamente, quanto à consideração de uma esperança de vida de 90 anos, comum aos dois sexos.

Segundo dados oficiais<sup>16</sup>, a expectativa média de vida em 2015 rondava os 82 anos e tem crescido nas últimas décadas ao ritmo de 3 anos por década. E segundo o “Observador”<sup>17</sup>, Portugal é um dos 35 países onde a esperança média de vida para as mulheres poderá chegar próximo dos 90 anos (87,5) em 2030. É certo que para os homens o mesmo indicador é, por norma, inferior, podendo representar cerca de menos 5 anos de longevidade, mas essa diferença tem vindo a diminuir nos últimos anos, motivo por que considerámos comum, o valor médio.

Por maioria de razão, em 2037, na data limite do nosso estudo, poderá considerar-se como mais provável ou sem grande margem de erro, aquela projectada idade, para ambos os sexos. Se acaso outra mais baixa considerássemos, como esperança média de vida, as conclusões da análise seriam ainda mais drásticas, como é óbvio.

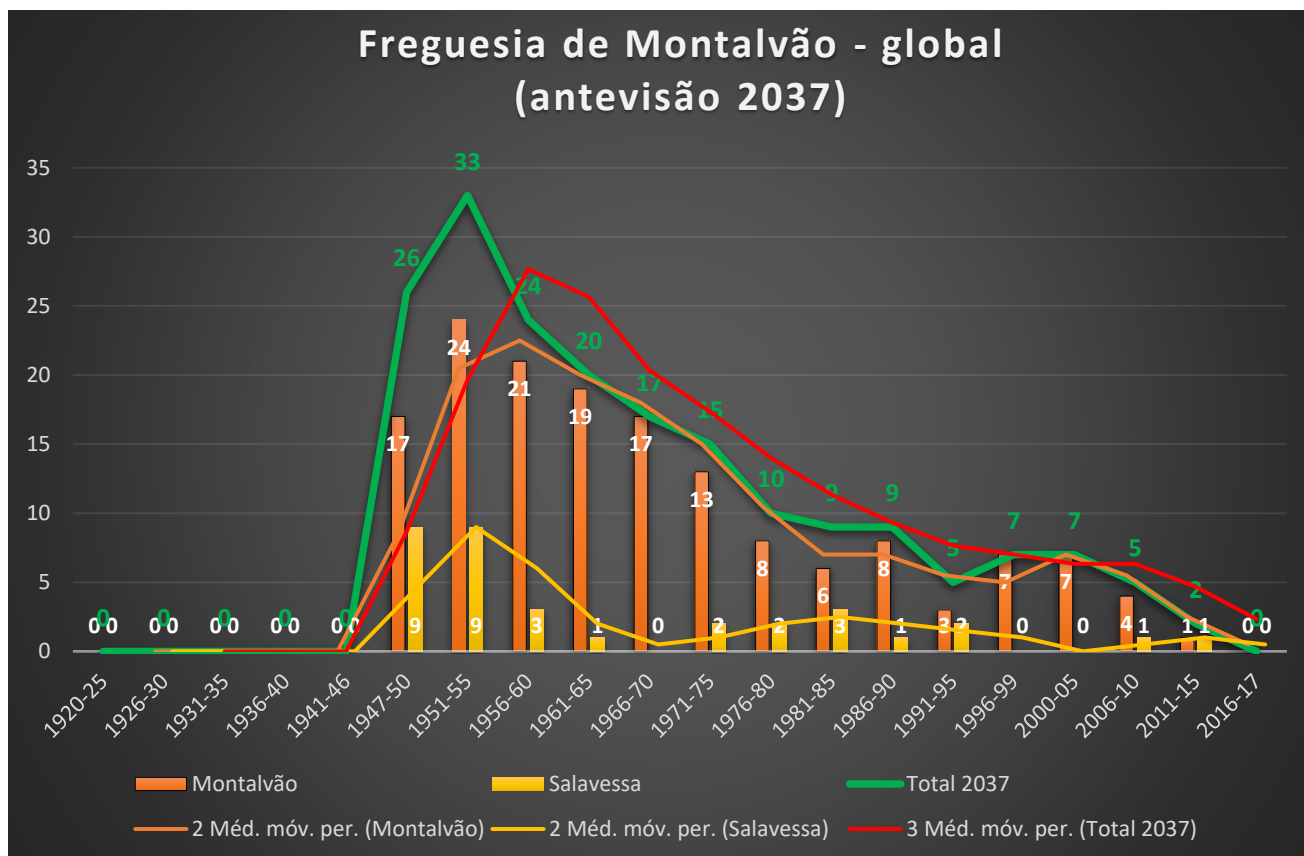
Sendo assim, para efeitos do estudo de antevisão, excluímos os indivíduos que em 2037 teriam mais de 91 anos, ou seja, os que tendo nascido em 1946, tinham 71 anos em 2017, excedendo, portanto, no ano limite do estudo, a máxima longevidade estabelecida.

Em contrapartida, como referido para o gráfico anterior, estão considerados todos os nascidos a partir de 2000, incluindo, se os houvesse, os que tivessem nascido em 2017, dado que à data limite do estudo perfariam 20 anos, idade mais do que suficiente para votar.

---

<sup>16</sup> <https://www.google.pt/search?q=esperança+de+vida+em+portugal&oq=esperança+de+vida+atual+em+portugal>)

<sup>17</sup> <http://observador.pt/2017/02/22/esperanca-media-de-vida-perto-dos-90-anos-em-mais-de-35-paises/>

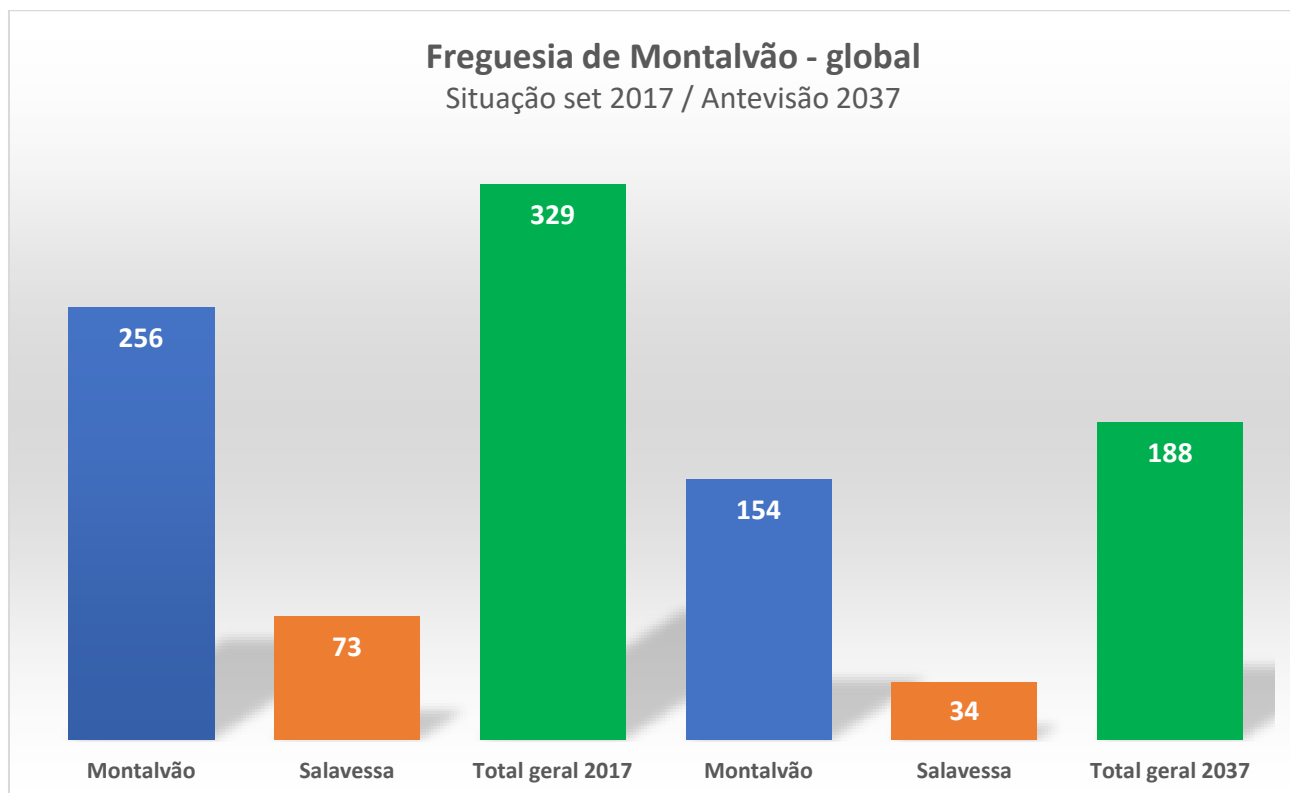


Em resumo, se outras variáveis não vierem a surgir, em resultado de medidas estruturantes suscetíveis de serem adotadas, verificar-se-á que, nos próximos 20 anos, a localidade de Montalvão perderá mais 102 indivíduos (40 % da população residente) e a de Salavessa, mais 39, ficando esta reduzida a 50 % da atual população, relativamente ao existente em 2017 (v. gráfico seguinte).

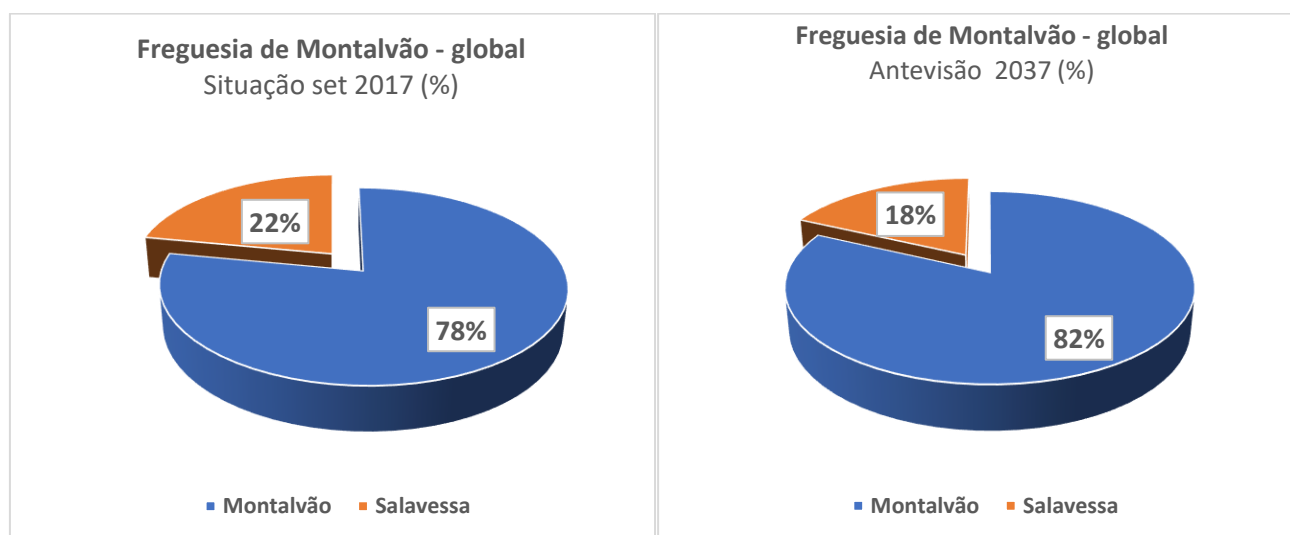
A nível global da Freguesia perder-se-ão 141 residentes, ou seja, cerca de 43 %, ficando a mesma apenas com 188 moradores.

Para além dos dramas sociais e de antropologia urbana<sup>18</sup> inerentes a uma tal hipotética situação, pois é sabido que quanto menor for a população residente, menor será a sua influência e justificação, reconheça-se, para defender os seus interesses coletivos, no sentido de garantir o funcionamento de serviços públicos, assistenciais, culturais, comerciais, etc. É um círculo vicioso em que inevitavelmente se cairá, isto é, quanto menos população, menos equipamentos de apoio e, a ser assim, toda a sociedade se desagregará e não apenas do ponto de vista demográfico.

<sup>18</sup> Estudo dos grupos, dos movimentos e das dinâmicas sociais, requalificação urbana e de sociabilidade, entre outros.

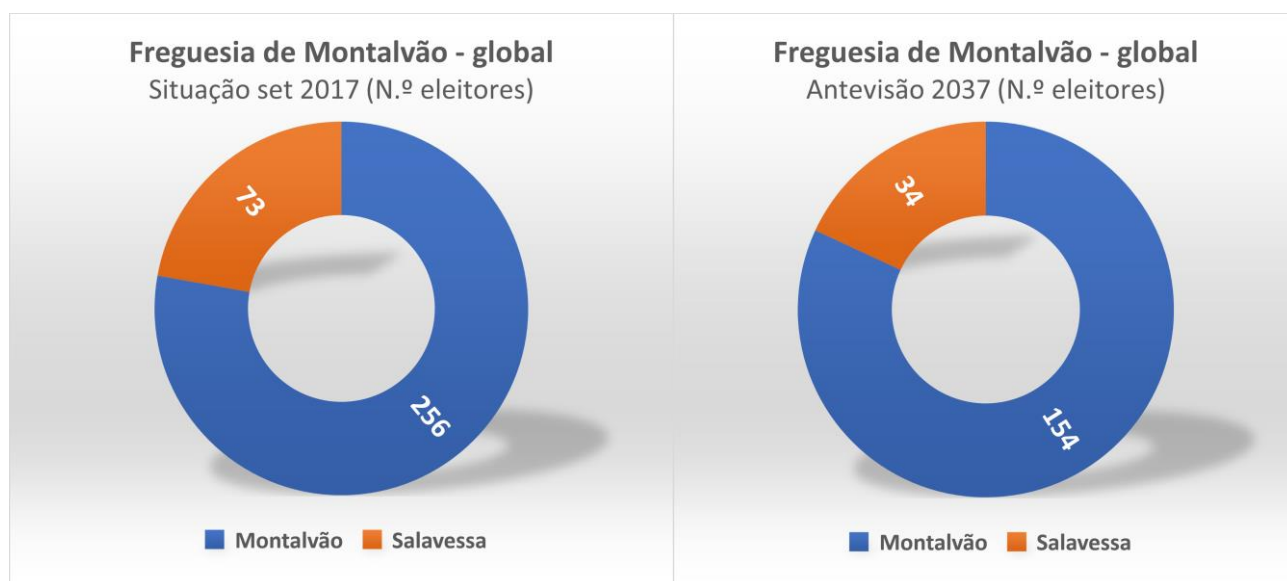


Partindo da data desta análise (2017), em vinte anos, os pesos relativos das duas localidades da Freguesia sofrem alterações, acentuando-se em 2037 a diferença percentual de Montalvão em relação a Salavessa, como se vê abaixo.



Ou, como mostrado no próximo gráfico, segundo o número de eleitores.





Unidade: número de indivíduos (eleitores) de ambos os sexos

É notório que a Freguesia ficará muito reduzida, sendo a perda demográfica em Salavessa (- 50 %) mais notada e com efeitos mais perniciosos, por partir de uma situação já em si mais baixa, comparativamente com Montalvão. Mas a preocupação é comum aos dois lugares e, por isso, o foco de atuação tem de envolver a Freguesia no seu todo.

## 4.2 Freguesia de Montalvão – análise por sexo

A análise anterior, sendo em si mesma muito conclusiva, não ficaria completa se não tentássemos perceber qual o comportamento observado e a observar a nível dos sexos. É o que tentaremos fazer nos capítulos específicos seguintes.

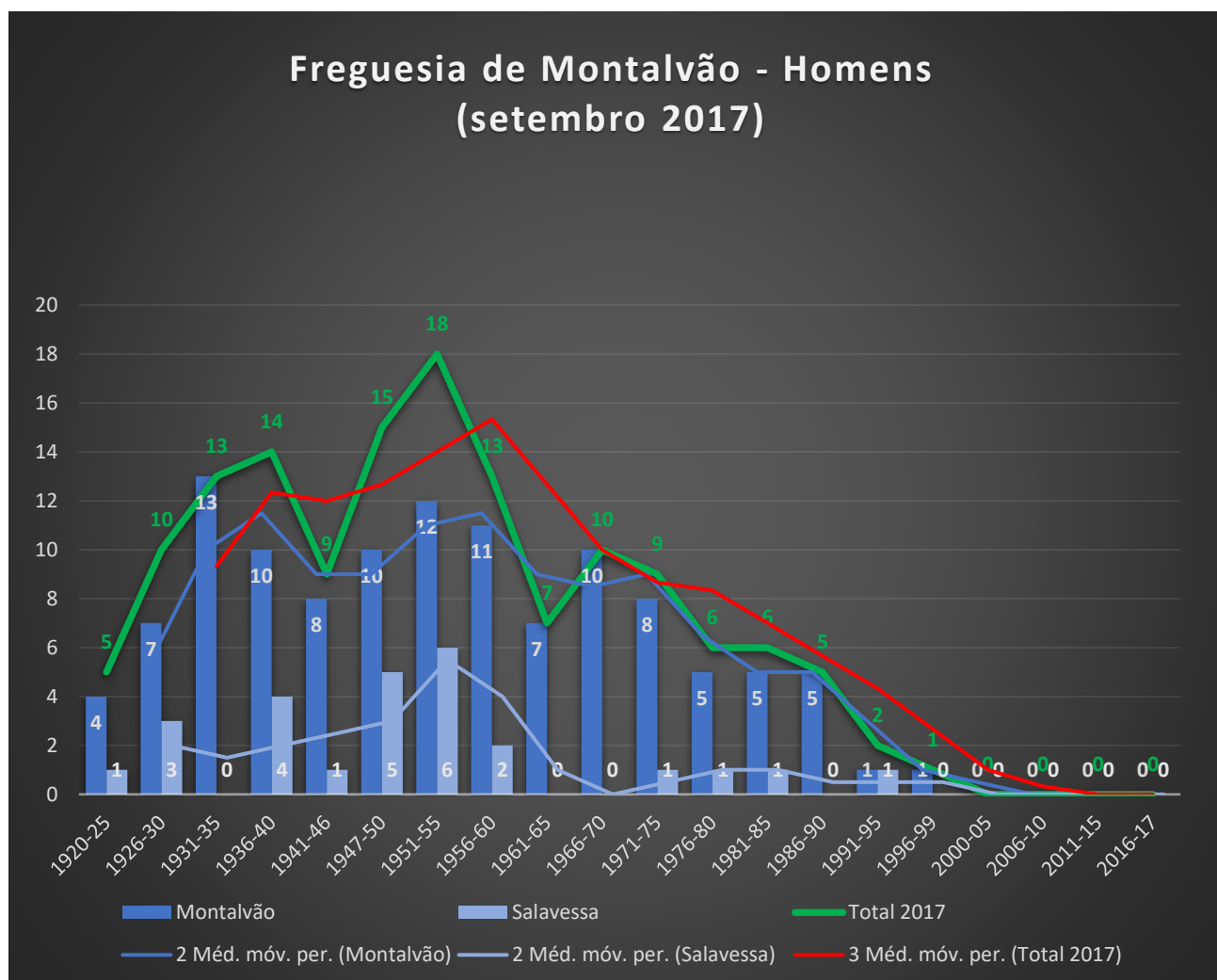
### 4.2.1 Homens

Como se verifica no próximo gráfico, o número de indivíduos do sexo masculino residentes em Montalvão e nascidos entre 1920 e 1975 é francamente superior aos equivalentes de Salavessa, traduzindo, no fundo, a diferença que existe a nível global.

Entre 1976 e 1990 ainda se verifica uma diferença favorável a Montalvão, embora mais amenizada.

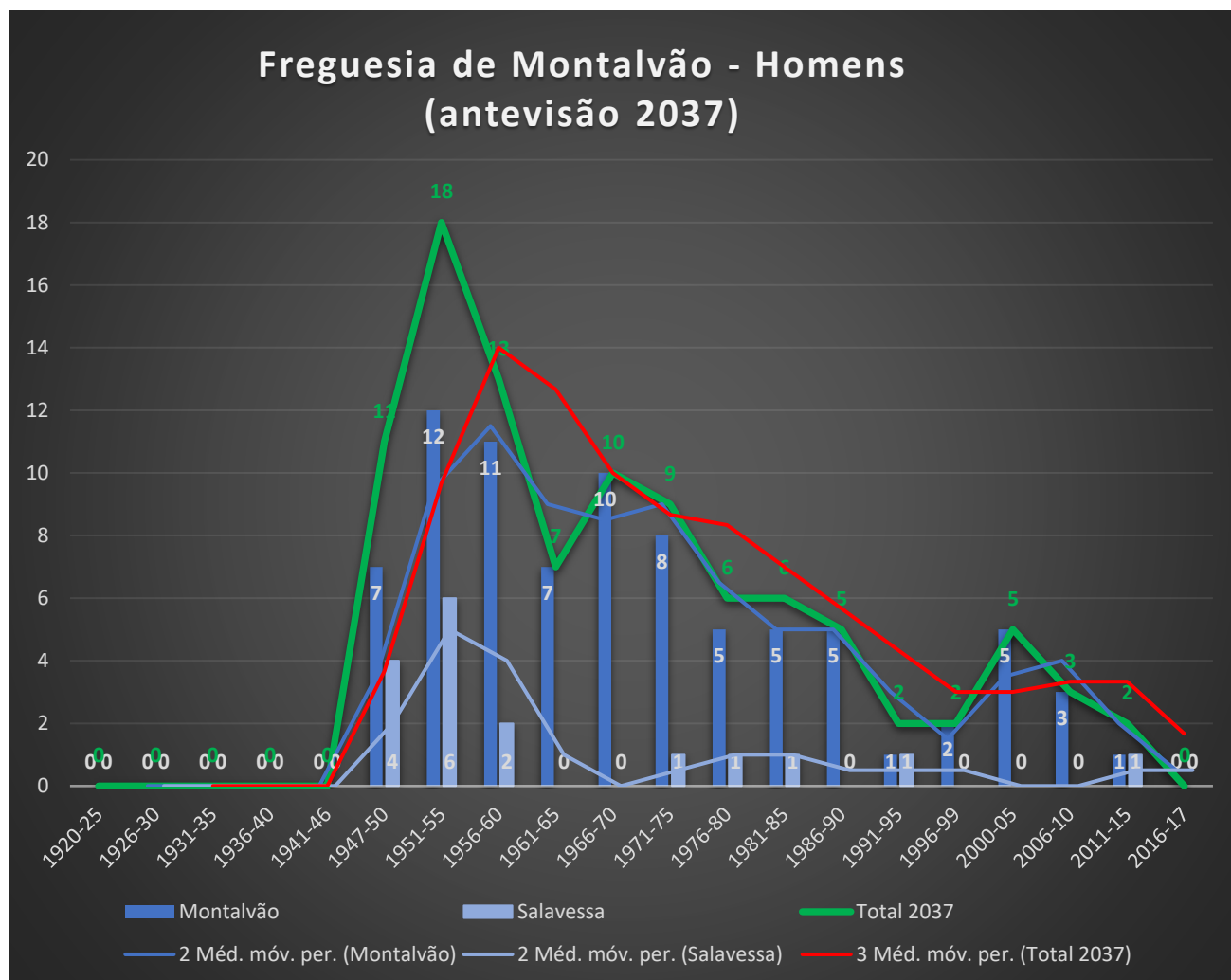
Com maior relevância, em especial para a Salavessa, observa-se o baixíssimo número de pessoas nascidas desde 1950 que ali residirão, de acordo com os registos do último censo eleitoral.

Recorde-se novamente que na análise deste gráfico apenas estão contemplados os fregueses com direito a voto à data das últimas eleições autárquicas e, por conseguinte, com 18 anos de idade ou mais (nascidos até 1999, inclusive).



Unidade: número de indivíduos do sexo masculino, que em 2017 tinham idade superior a 18 anos (nascidos entre 1920 e 1999, inclus.).

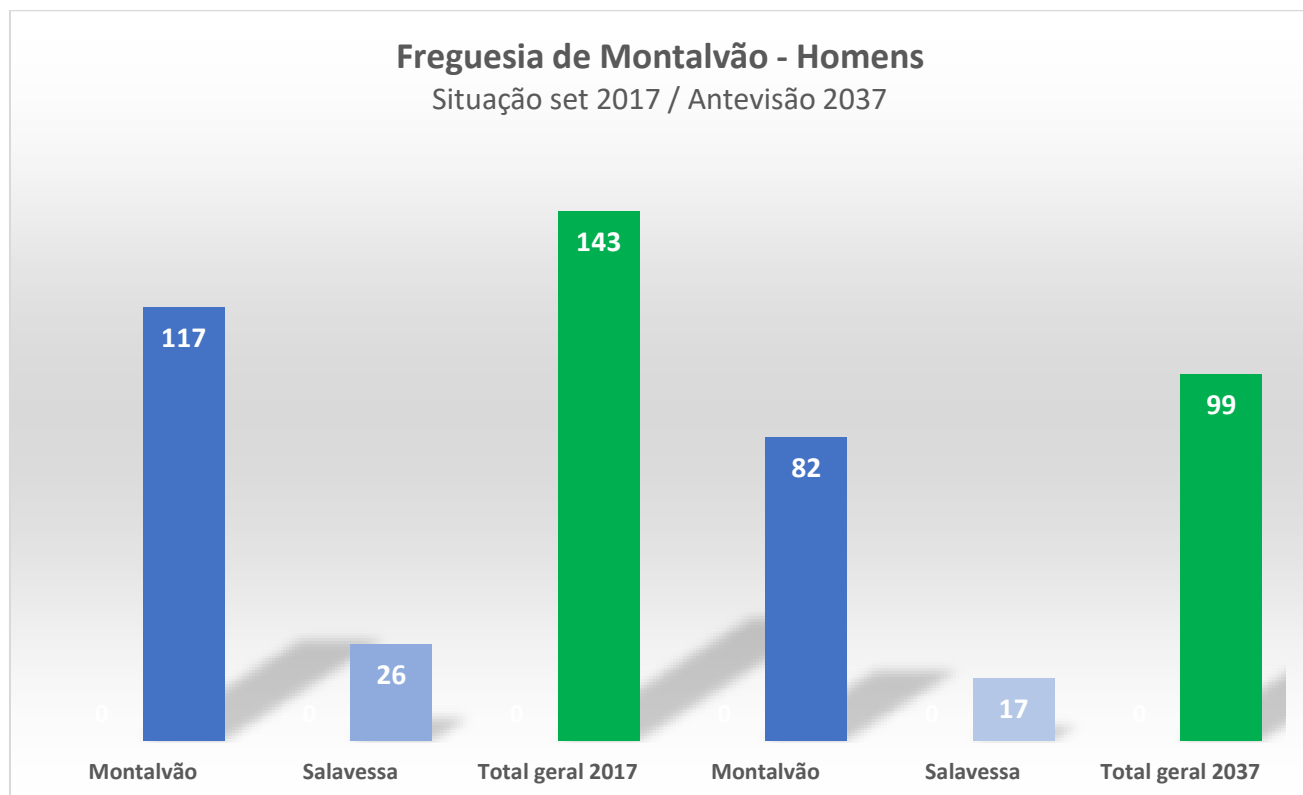
Na mesma linha de raciocínio, procurando antever o efeito da passagem dos anos até 2037, verifica-se maior agravamento das diferenças demográficas entre as duas localidades da Freguesia a partir do ano 2000, não tanto pelo crescimento de Montalvão, porque também esse, por falta de nascimentos, teve perdas relevantes, mas porque a ausência de natalidade em Salavessa foi ainda maior. Apenas duas crianças ali nasceram desde aquele ano: uma do sexo feminino em 2010 e outra do sexo masculino, em 2014.



Unidade: número de indivíduos do sexo masculino nascidos a partir de 1948 e até 2017; eleitores em 2037.

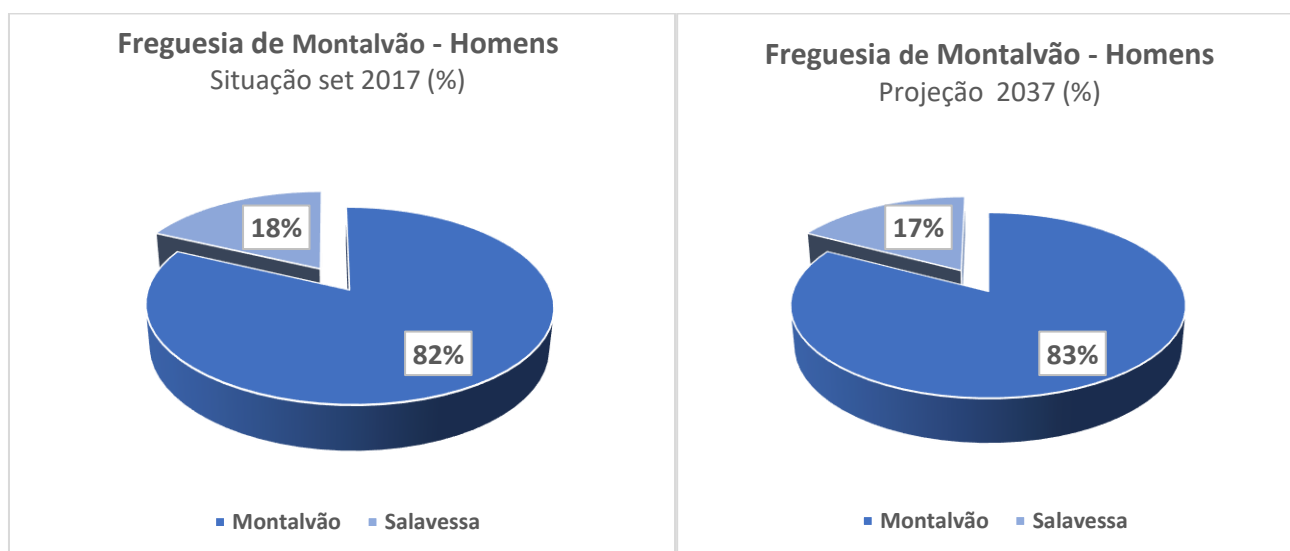
O gráfico seguinte mostra-nos os números totais de homens que residiam na Freguesia em 2017 e os que nela poderão continuar registados em 2037, se nada se verificar que contrarie essa inexorável tendência de decréscimo.

Montalvão terá uma perda de 35 H (- 30 %) e Salavessa de 9 H (- 35 %), o que representa para a Freguesia, a nível do sexo masculino, uma redução de 44 indivíduos (- 31 %).



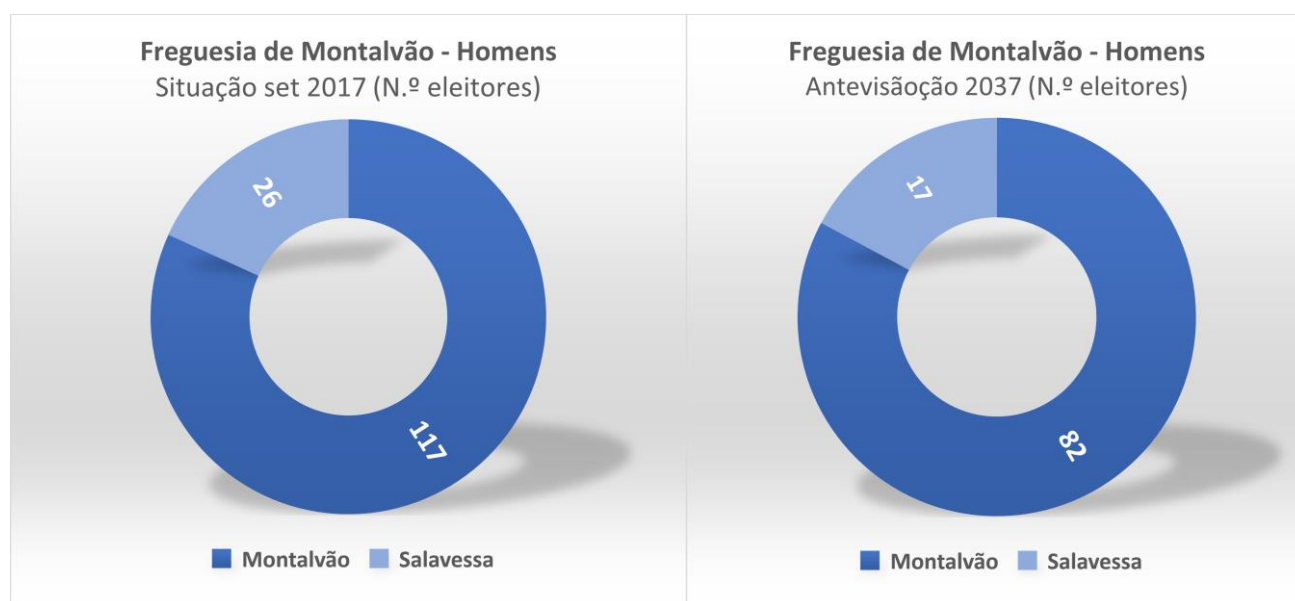
Dos 143 homens registados em 2017, Montalvão contribui com cerca de 82 % e, por conseguinte, Salavessa com os restantes 18 %. É uma desproporção muito substancial, tal como observámos para o total da Freguesia.

Em 2037, agravar-se-á essa diferença, embora não tanto como a nível da Freguesia (- 1 ponto percentual para Salavessa; + 1 p.p. para Montalvão), mas em termos de ordem de grandeza mantém-se a situação atual.



A perda de elementos masculinos, resultante da preponderância de pessoas com idade avançada ou muito avançada mesmo e, por conseguinte, potenciais contribuintes, a prazo, para o aumento da mortalidade natural por envelhecimento, será devastadora para a sociedade montalvanense. Isto, não é demais referir, se não for minimamente compensada pelo aumento da população ativa e em idade de procriação e, por conseguinte, também pelo aumento da natalidade. Para isso, são necessárias medidas aplicáveis àquela faixa etária, tanto, para fixar os que nela moram, como para atrair novos residentes. É forçoso que a população cresça já a partir da próxima década, no mínimo, portanto, após o ano 2020.

No caso do elemento masculino, os efeitos da redução serão devastadores, não apenas por razões demográficas, já em si muito preocupantes, mas pelo que isso representará futuramente em termos económicos e sociais, face ao desaparecimento da população ativa, propensa ao exercício de tarefas que lhe são tradicionalmente cometidas. Ainda que por uma mudança de paradigma, tais tarefas passassem a ser exercidas por mulheres - no pressuposto que estas estariam representadas em maior número e com maior índice de crescimento - o problema poderia ficar minimizado. Mas como veremos no ponto seguinte, na análise referente ao sexo feminino, não será isso, infelizmente, que sucederá.



Unidade: número de indivíduos (eleitores) do sexo masculino

#### 4.2.2 Mulheres

Efetivamente, o decréscimo de Mulheres registadas na Freguesia, no período que estamos a analisar (2017 vs 2037), supera o dos Homens em 19 pontos percentuais (p.p.) (- 31 % H; - 50 % M), passando de um total de 186, em 2017, para 93, em 2037.

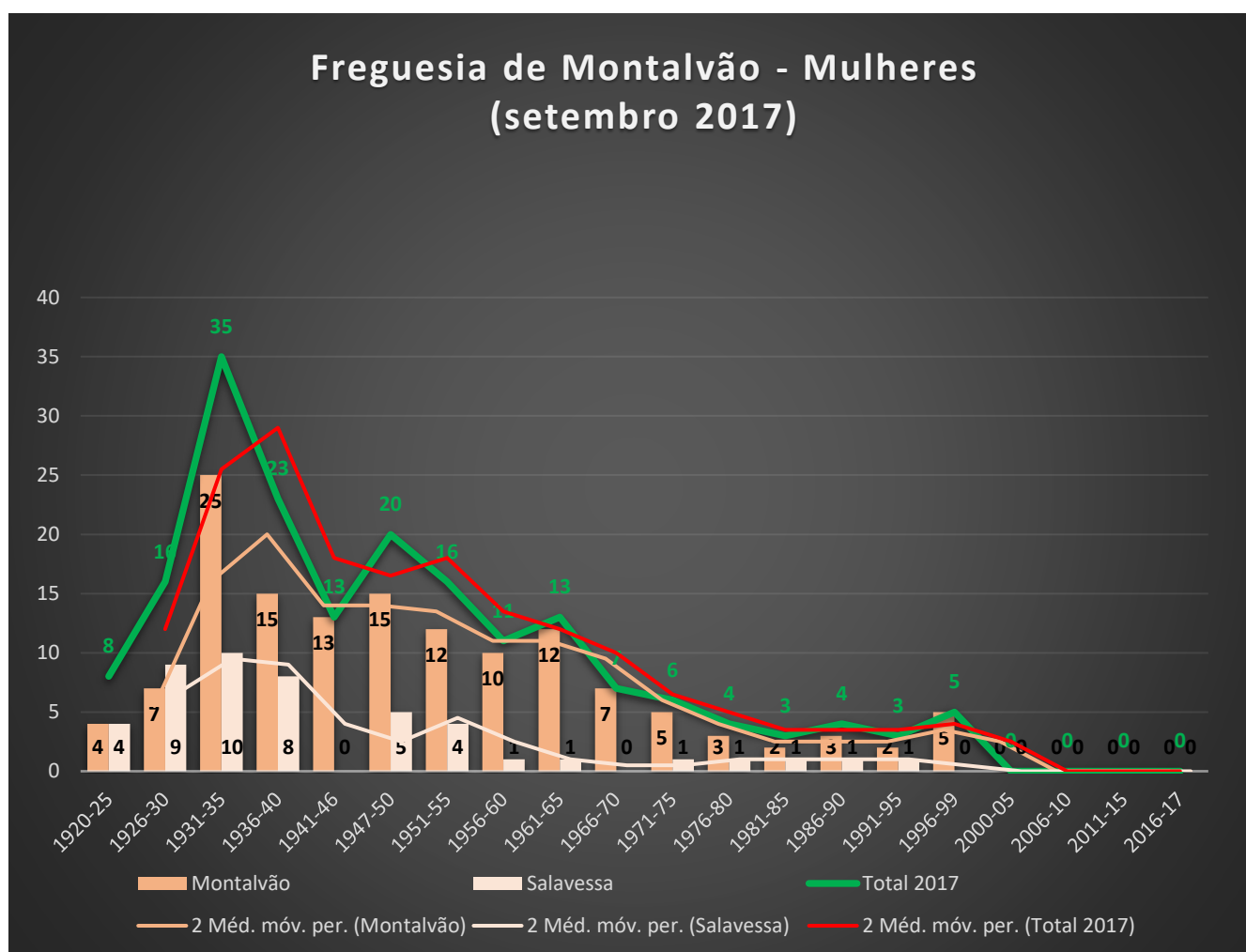
Passemos à análise detalhada para melhor compreensão.

Em 2017, os Homens representam menos 23 % do que as Mulheres, o que corresponde à ideia generalizada de que “há mais mulheres do que homens”, dado, na verdade, as mesmas terem maior

longevidade. Em termos estatísticos, a diferença entre a esperança de vida correspondente a Mulheres e Homens situa-se atualmente entre os 4 a 5 anos, favorável a Mulheres, embora a tendência mostrada nos últimos anos aponta para o gradual esbatimento dessa diferença.

Por enquanto, os valores estatísticos de 2017, confirmam isso, mas, se atentarmos ao que poderá suceder daqui a 20 anos, a situação parece inverter-se, pelo menos ao nível da Freguesia. Os Homens representarão, então, mais 6 %, no total, derivado ao menor número de nascimentos femininos nos últimos anos.

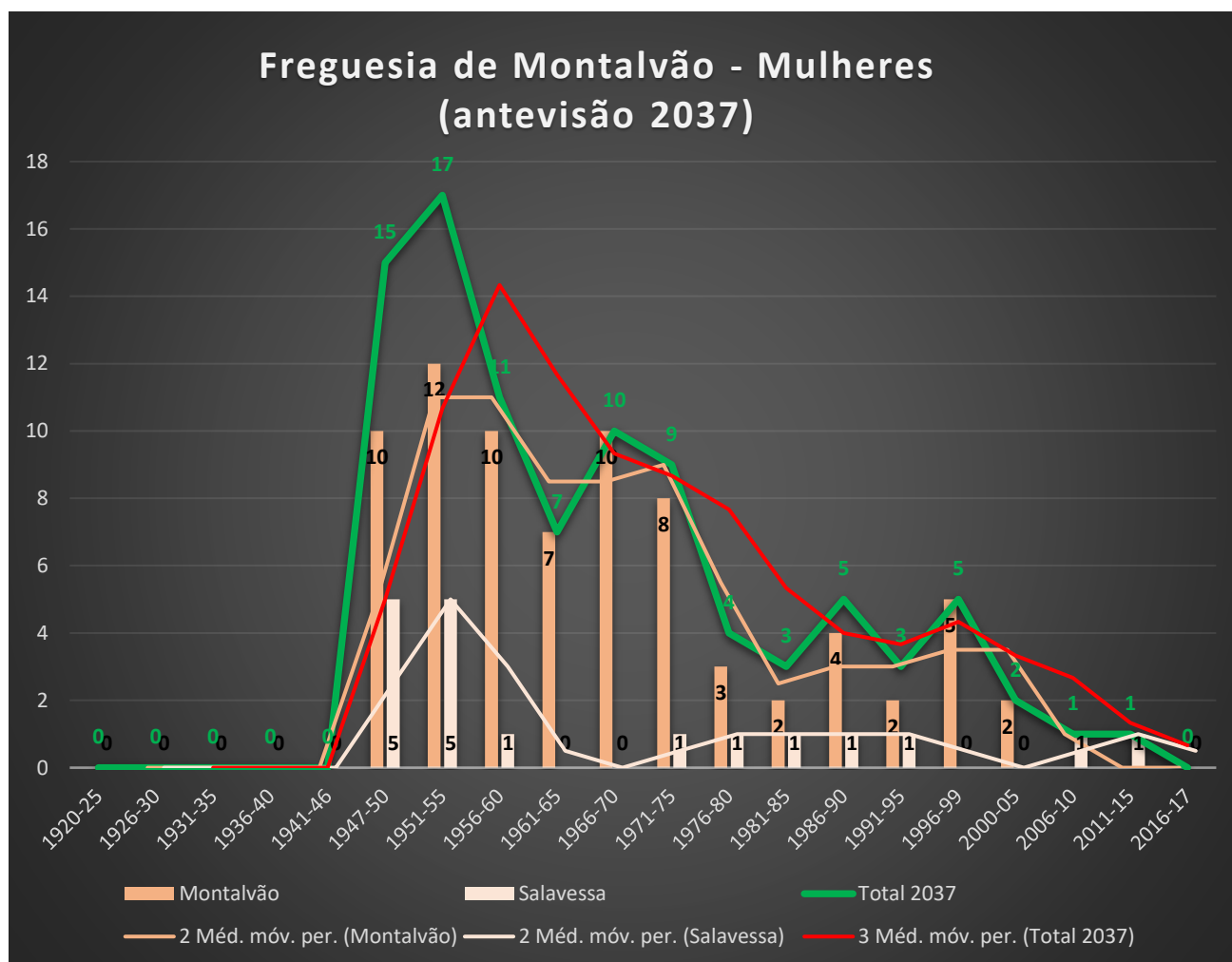
Vejamos a evolução ao nível das Mulheres residentes e eleitoras em 2017.



Unidade: número de indivíduos do sexo feminino, que em 2017 tinham idade superior a 18 anos (nascidos entre 1920 e 1999, inclus.).

É grande a predominância das Mulheres residentes em Montalvão em 2017, comparativamente com as de Salavessa.

Em 2037, o número de pessoas do sexo feminino residentes em Montalvão continua a sobrepor-se ao de Salavessa, mas a diferença entre ambas ficará mais esbatida, como se verá adiante, no gráfico de totais (subsequente ao seguinte).

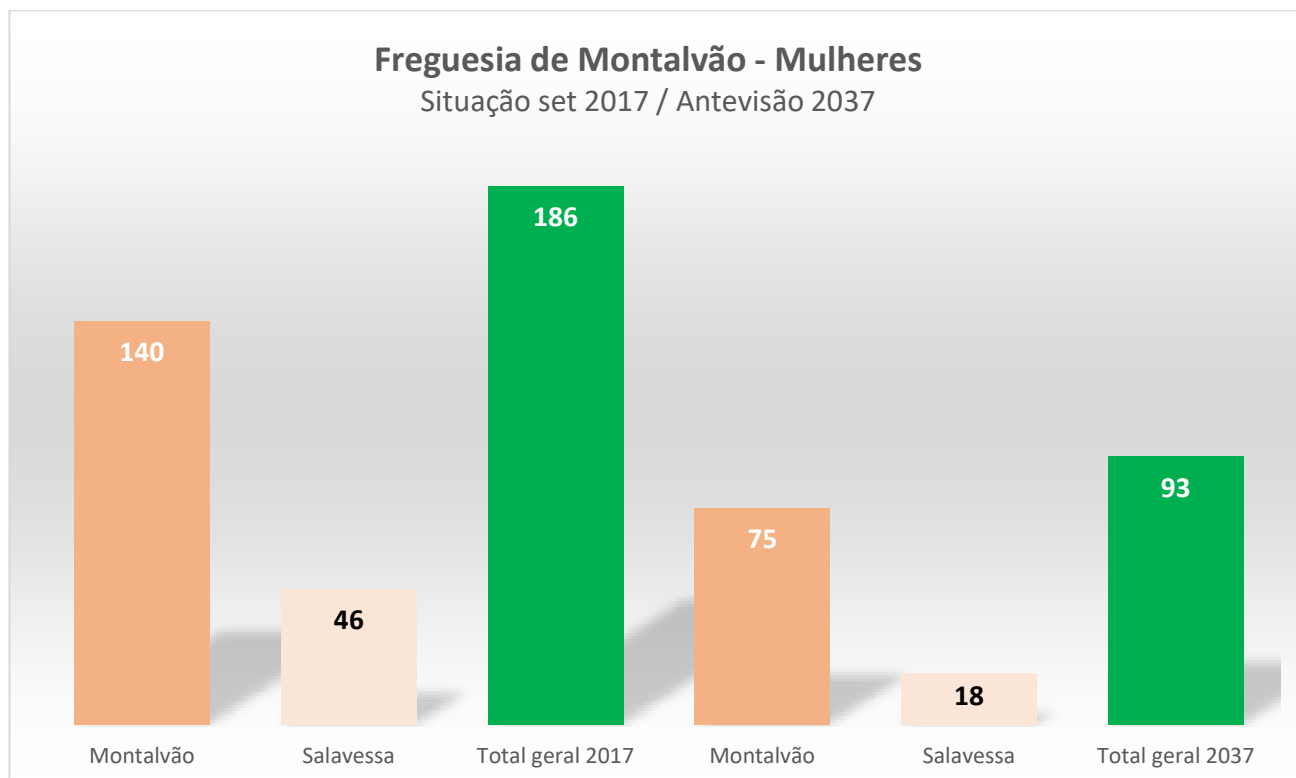


Unidade: número de indivíduos do sexo feminino nascidos a partir de 1948 e até 2017; eleitores em 2037.

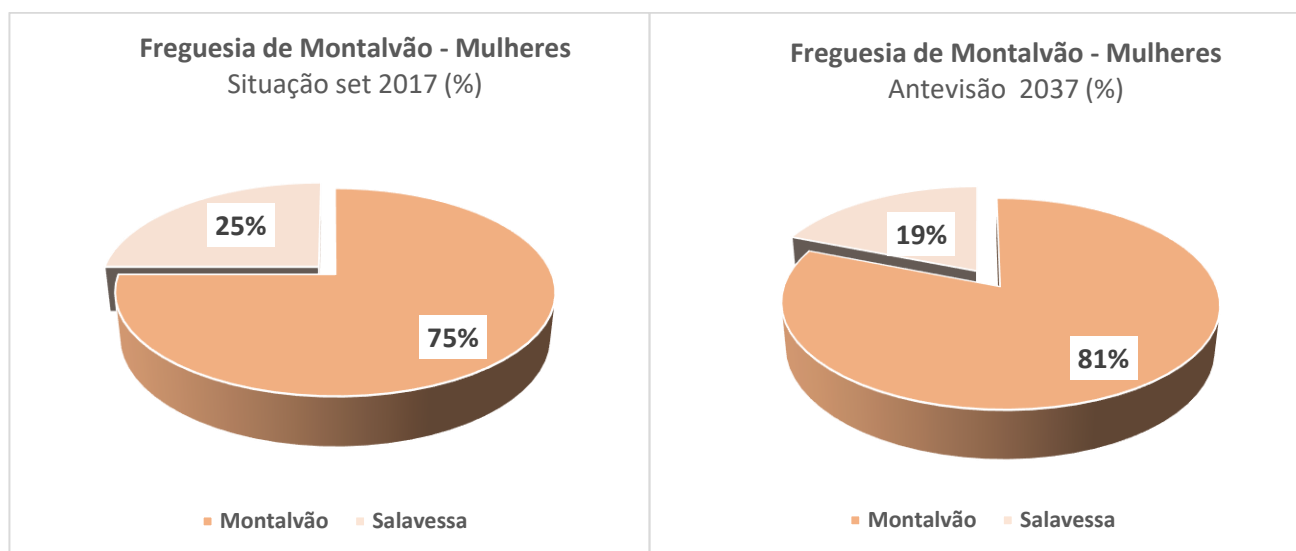
O próximo gráfico, à semelhança do equivalente para Homens, mostra-nos os números totais de Mulheres que residiam na Freguesia em 2017 e as que nela poderão continuar registadas em 2037, caso nada se verifique, entretanto, que contrarie essa inexorável tendência, repetimo-nos.

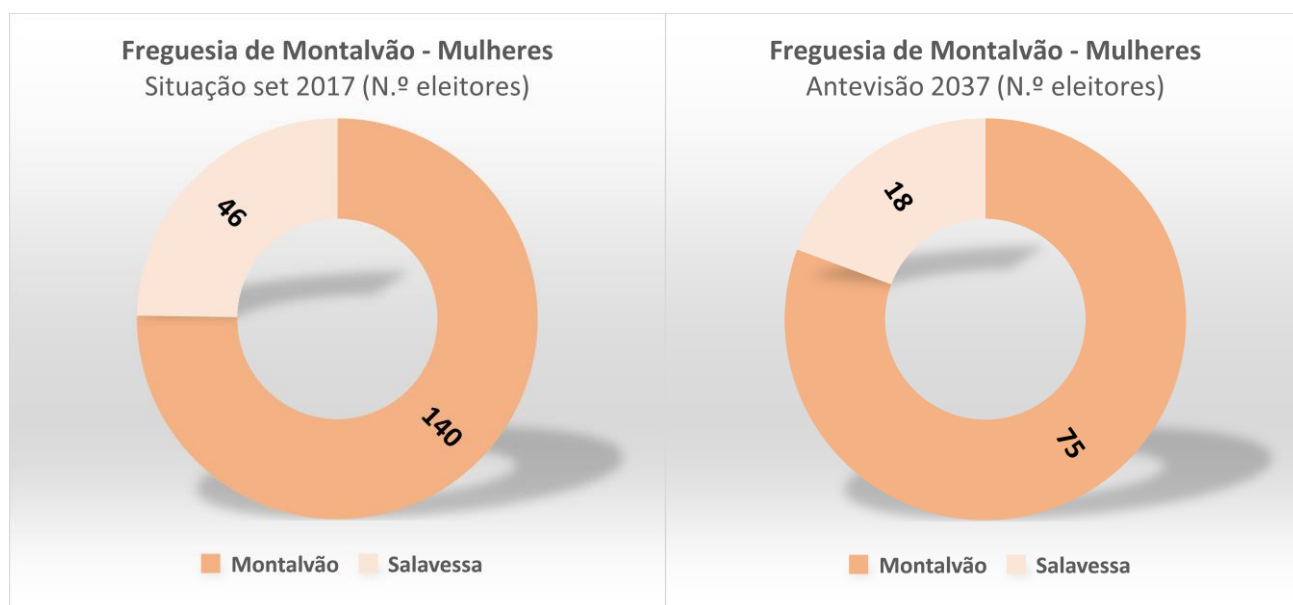
Montalvão registrará uma perda de 65 M (- 46 %) e Salavessa de 30 M (- 61 %), o que representará para a Freguesia, a nível do sexo feminino, uma redução de 95 indivíduos (- 50 %), ficando a população feminina reduzida a metade.





Em termos percentuais, verificar-se-á um reforço do peso das Mulheres de Montalvão nas decisões da Freguesia na ordem dos 6 p.p., como evidenciado abaixo, mas o mais relevante é verificar, e refletir, sobre a redução para metade da população feminina (- 65 M em Montalvão e - 30 M em Salavessa).





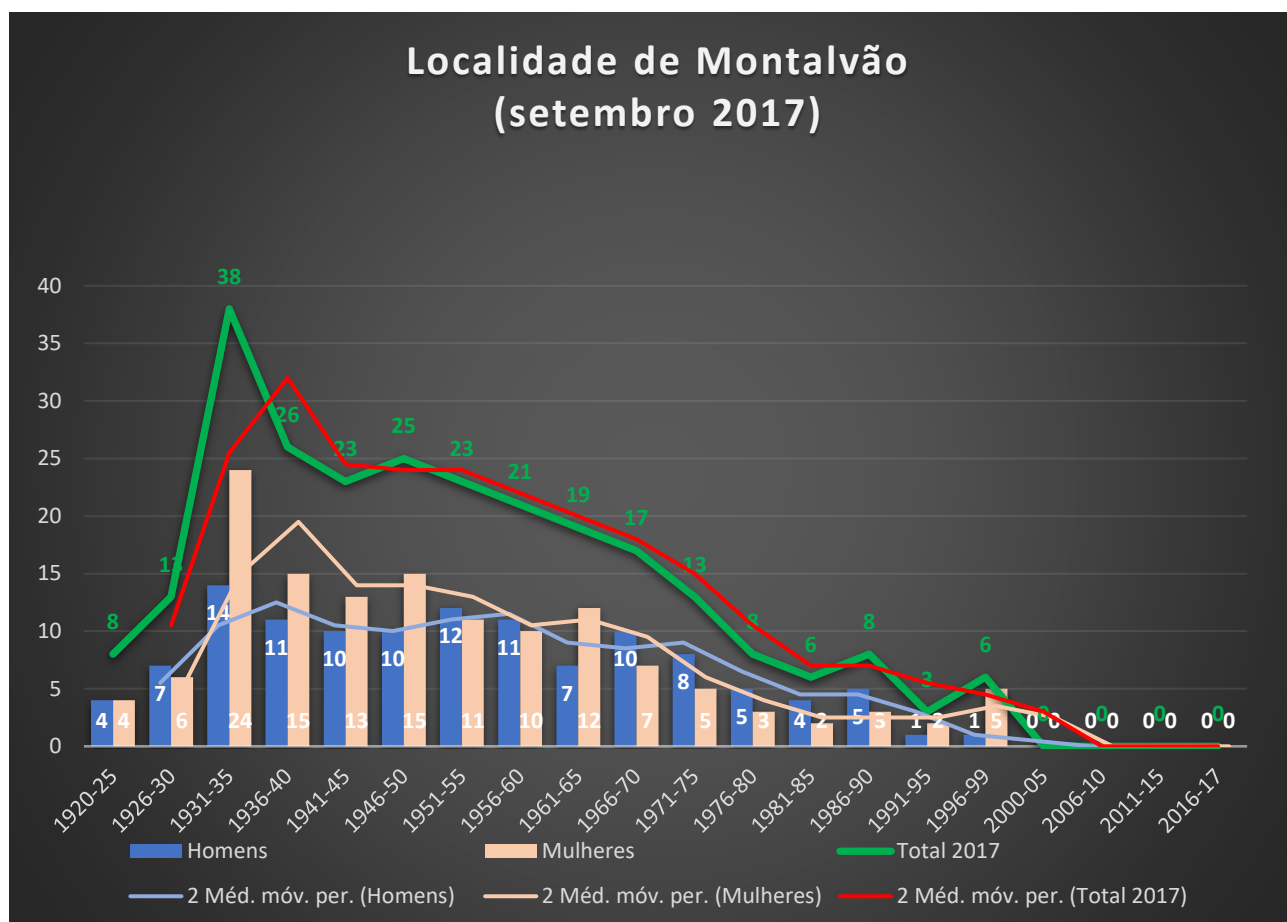
Unidade: número de indivíduos (eleitores) do sexo feminino

#### 4.3 Freguesia de Montalvão – análise por localidade

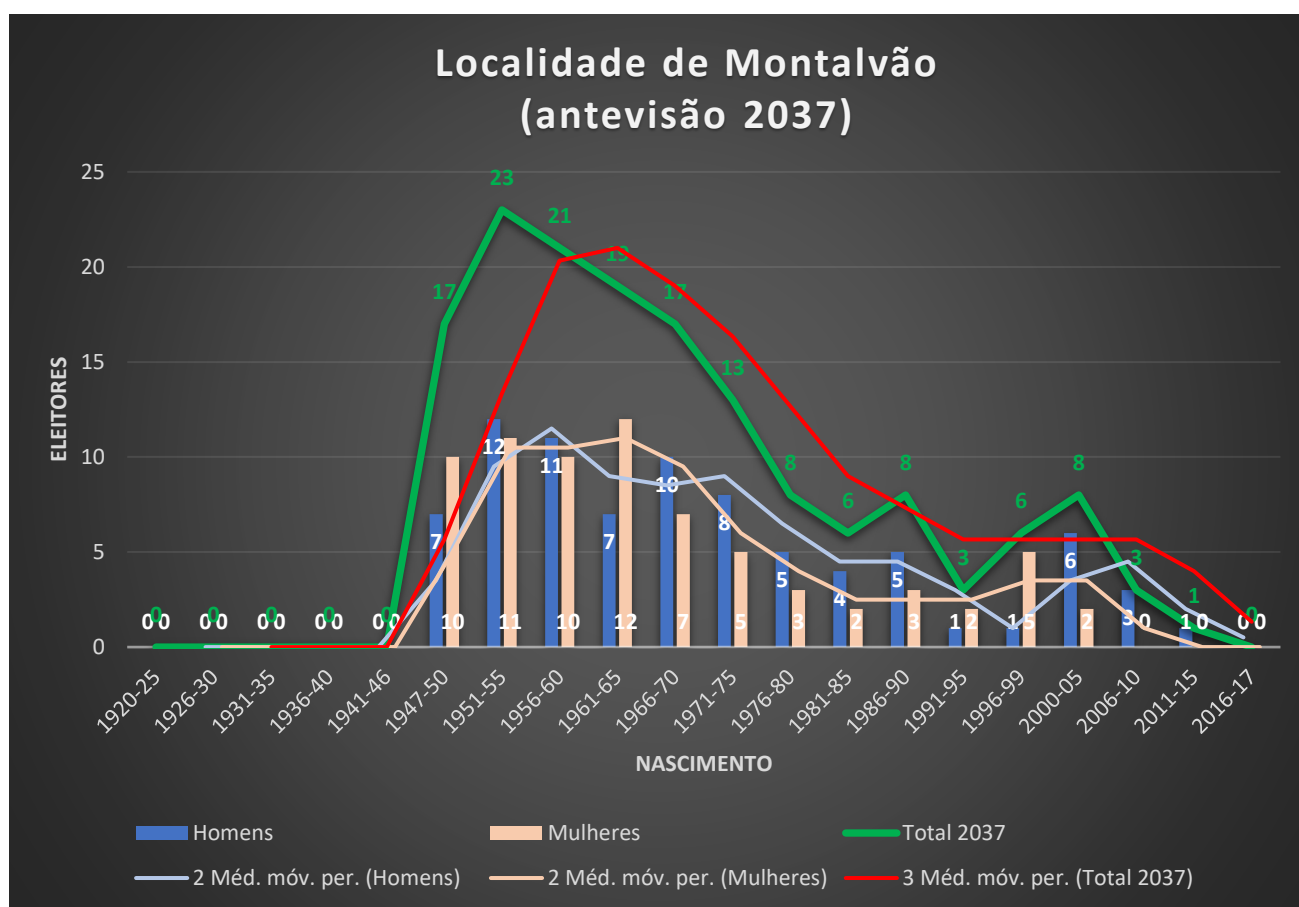
##### 4.3.1 Montalvão

Concluída como fica a análise por sexo a nível global da Freguesia, será interessante estudar qual o peso que Homens e Mulheres têm em cada uma das localidades onde residem.

Assim, sem necessidade de fazermos já uma análise tão detalhada como as anteriores, fixemo-nos nos grandes números e respetivas conclusões, ilustradas através dos gráficos seguintes.



Unidade: número de indivíduos de ambos os sexos, da localidade de Montalvão, que em 2017 tinham idade superior a 18 anos (nascidos entre 1920 e 1999, inclusive).

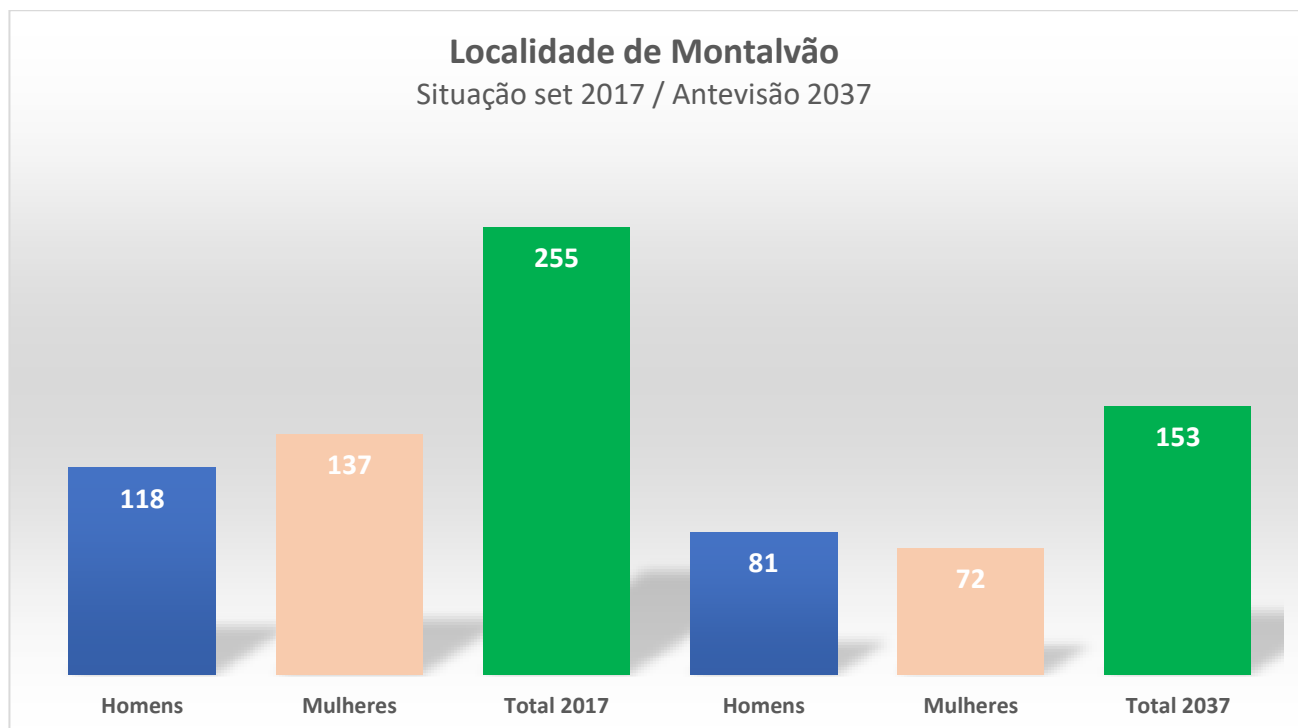


Unidade: número de indivíduos de ambos os sexos da localidade de Montalvão nascidos a partir de 1948 e até 2017; eleitores em 2037.

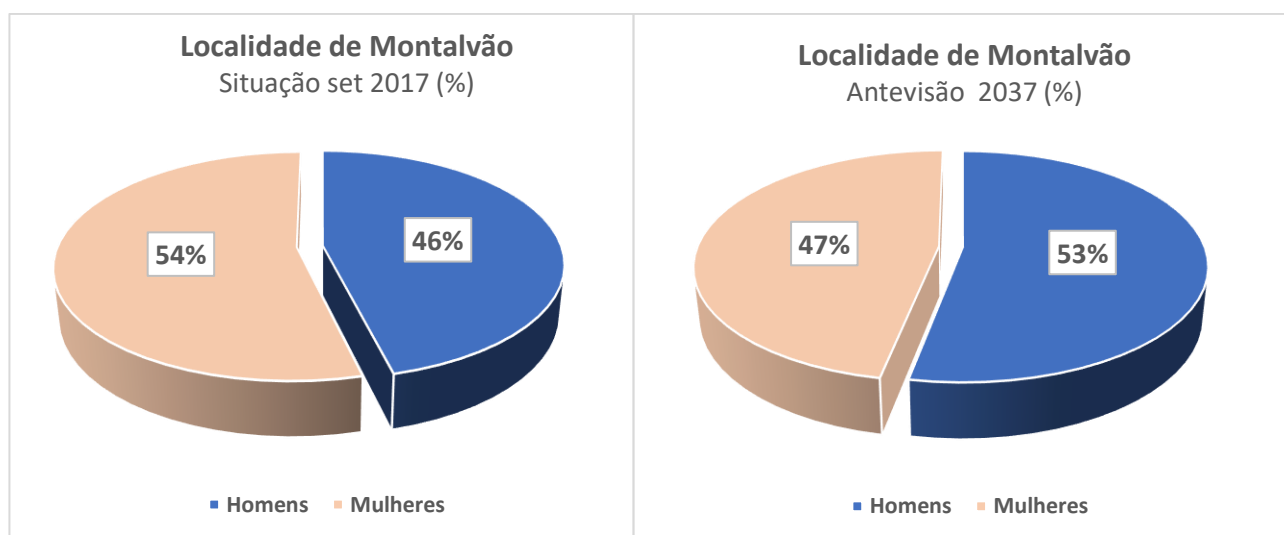
Como se constata por comparação dos dois gráficos, no correspondente a 2037, é nítido o esbatimento das diferenças entre H e M, notando-se em 2037 até alguma inversão do maior número de Homens em relação a Mulheres, face a 2017.

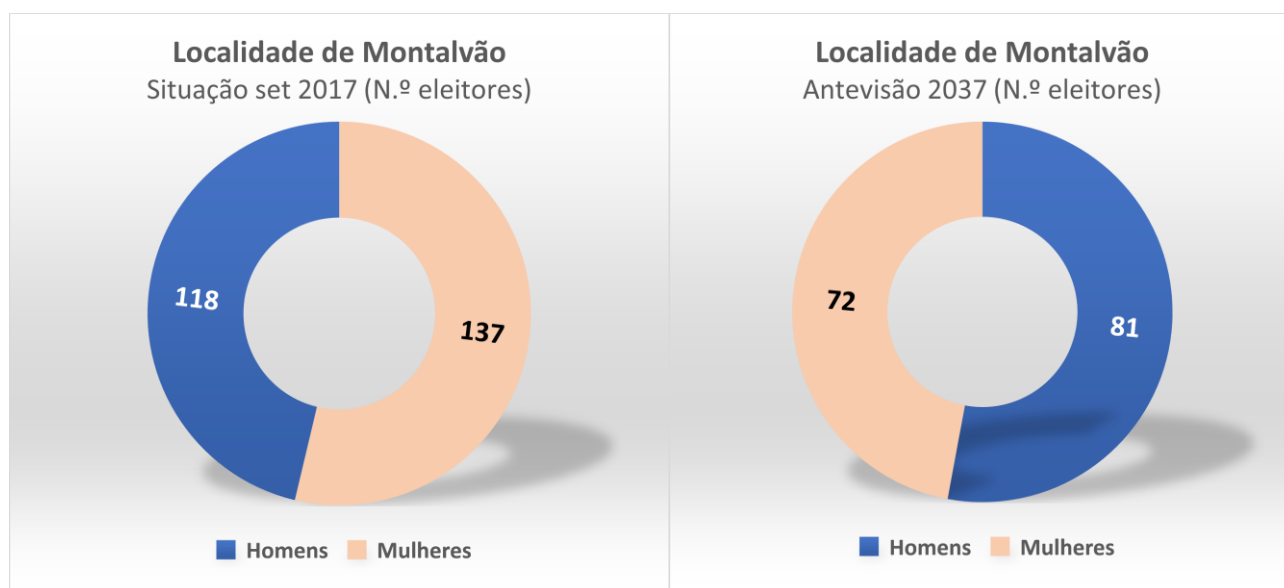
Enquanto os Homens decrescem 37 indivíduos, as Mulheres perdem 65, quase o dobro.

No global da localidade de Montalvão haverá um decréscimo de 102 indivíduos.



Em percentagem, verificar-se-á uma inversão de 7 p.p. em favor dos Homens, como mostrado nos gráficos seguintes.



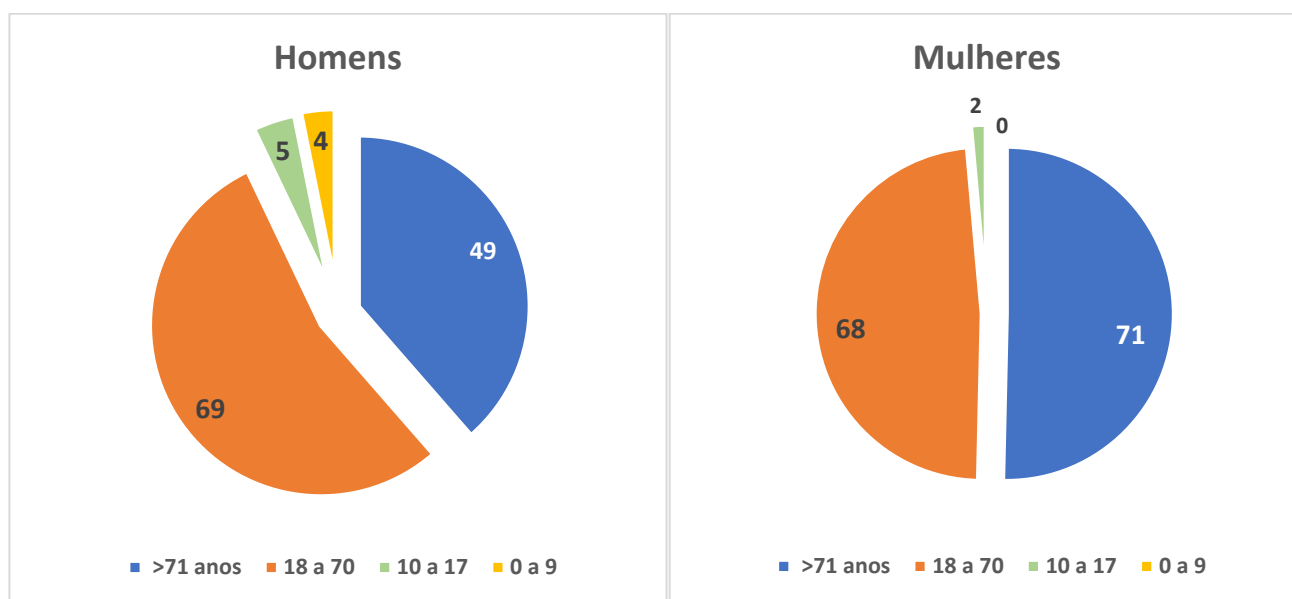


Como síntese do que fica evidenciado, explicando as razões dos decréscimos populacionais, comparando os dois pares de gráficos que se seguem, percebe-se claramente que a baixa ou nula natalidade (escalão 0-9 anos) e a faixa juvenil (10 -17 anos), não compensam a perda nos escalões seguintes. E isto sucede, porque, tal como dissemos antes, a faixa da idade ativa (18-70 anos) e dentro desta, o número de indivíduos e casais em idade de procriação tende a reduzir drasticamente.

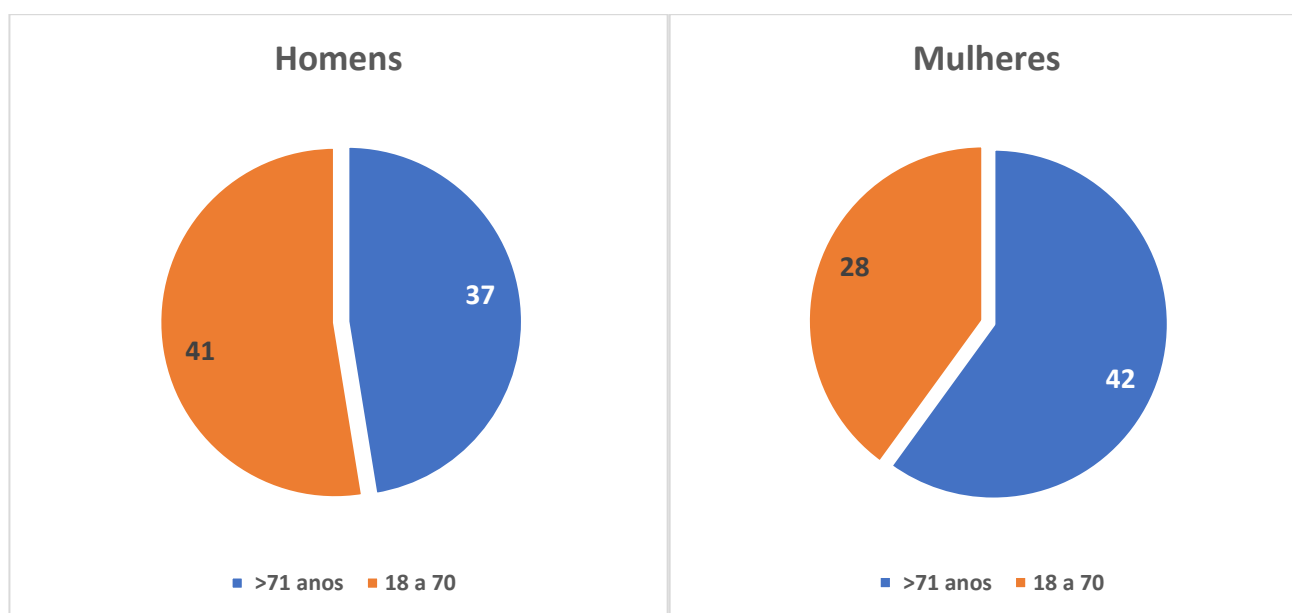
Veja-se a tal propósito, os decréscimos tanto de Homens, como de Mulheres de 2017 para 2037:

- Homens: 2017: 69 / 2037: 41; menos, portanto, 25 indivíduos, na faixa de 18 a 70 anos.
- Mulheres: 2017: 68 / 2037: 28; menos 40, na mesma faixa etária.

a) Situação em 2017 – por escalões etários



b) Situação em 2037 – escalões etários

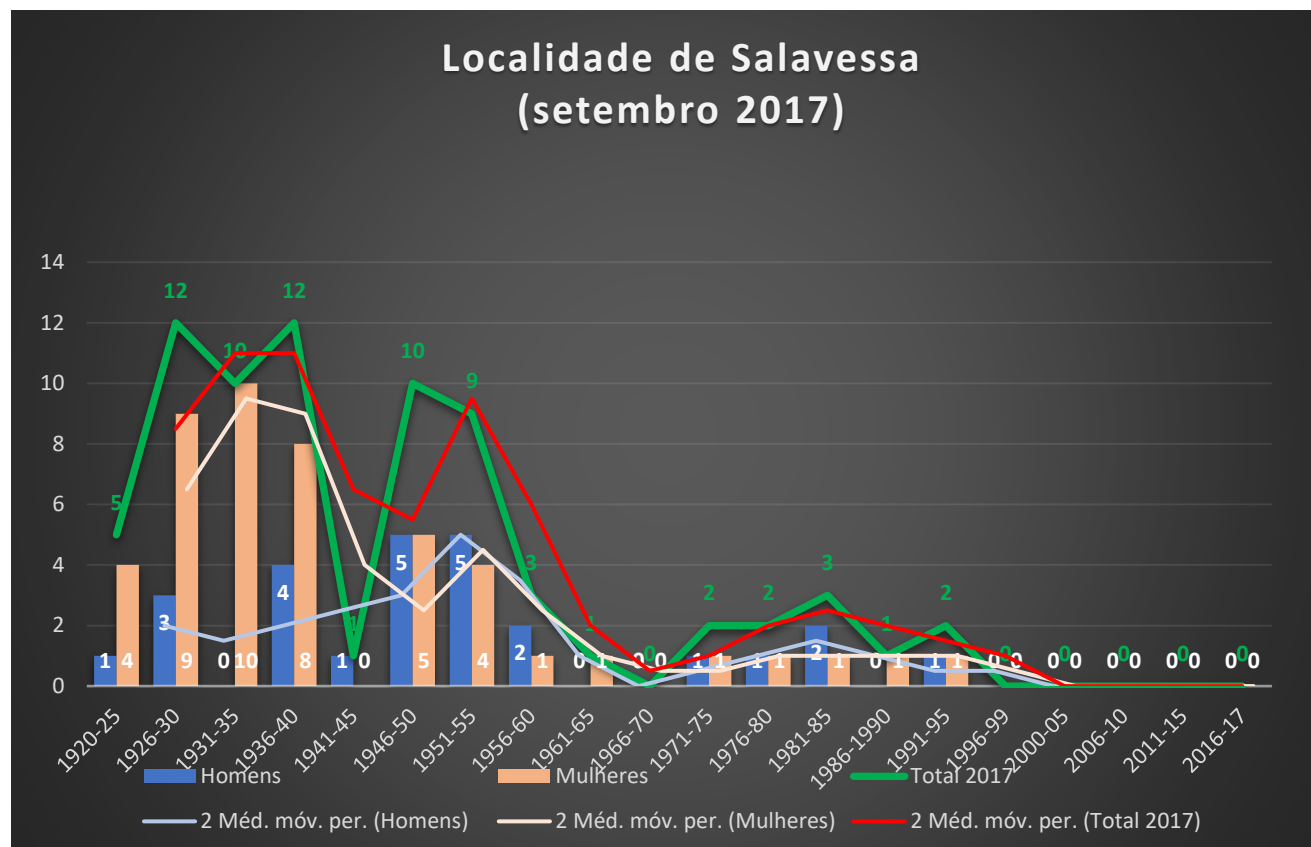


Em qualquer caso, verifica-se que a população mais idosa das Mulheres é maioritária, mas é também neste segmento que se dará uma perda significativa daqui a 20 anos. Enquanto a diferença em 2017 era de + 22 Mulheres, em 2037 poderá ser apenas de + 5.

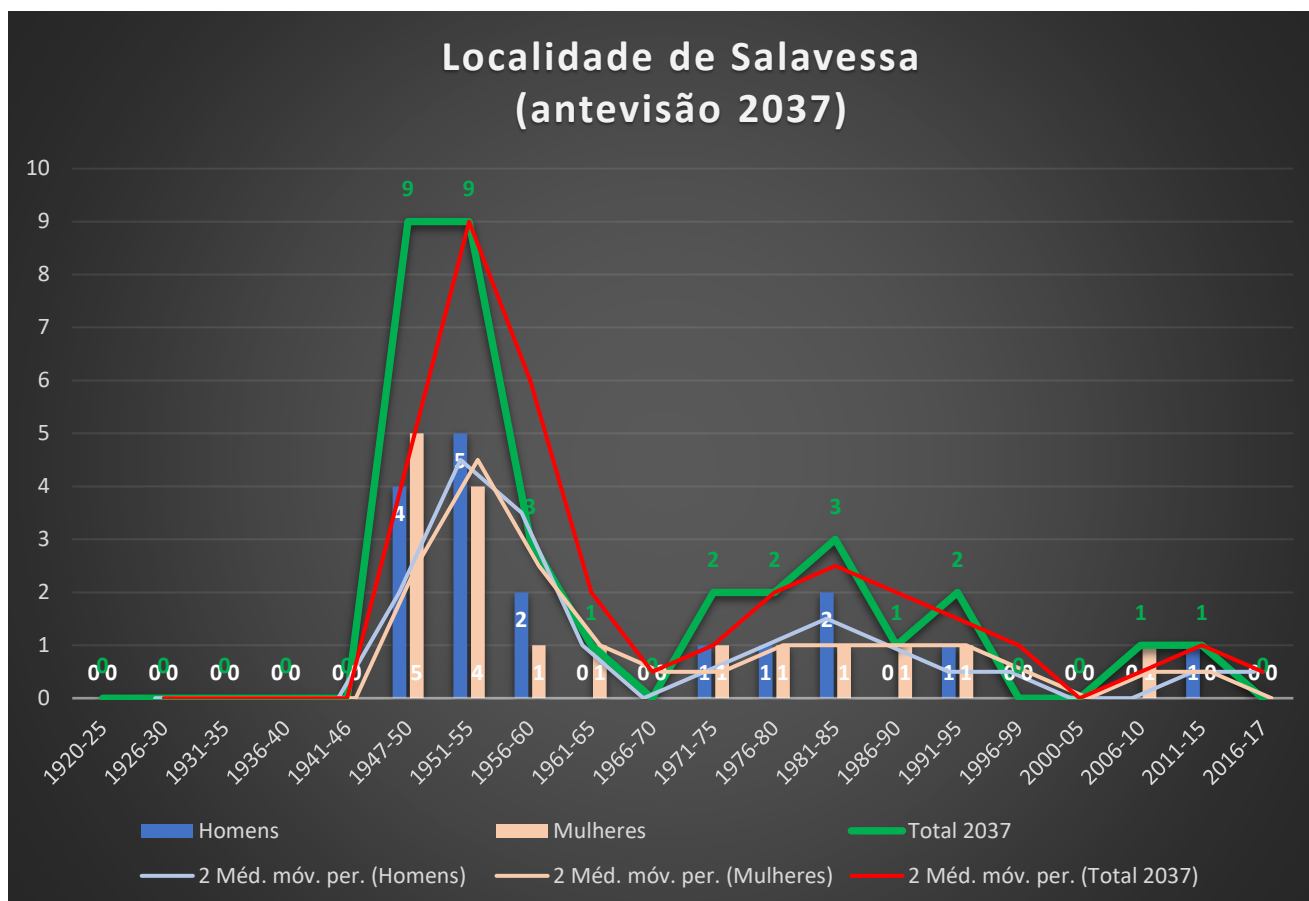


Nestes dois últimos gráficos, os escalões infanto-juvenis não se encontram evidenciado por não podermos dispor, obviamente, dos valores correspondentes a 2018 e anos seguintes, até 2037.

#### 4.3.2 Salavessa



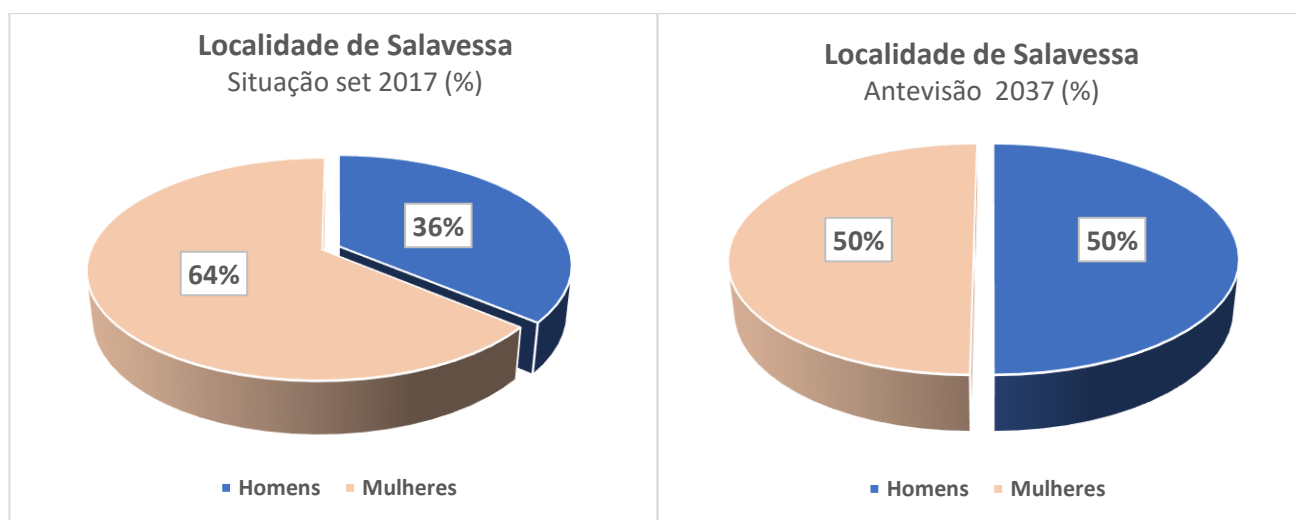
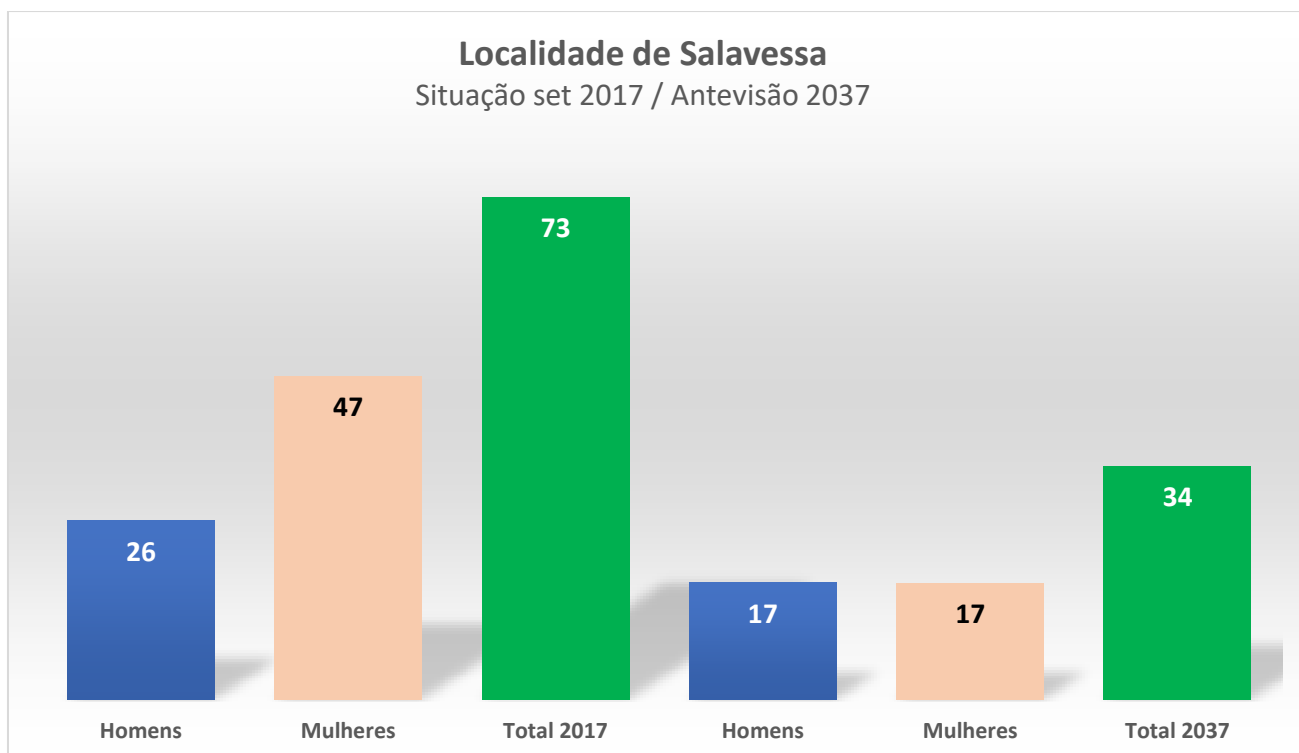
Unidade: número de indivíduos de ambos os sexos, da localidade de Salavessa, que em 2017 tinham idade superior a 18 anos (nascidos entre 1920 e 1999, inclusive).



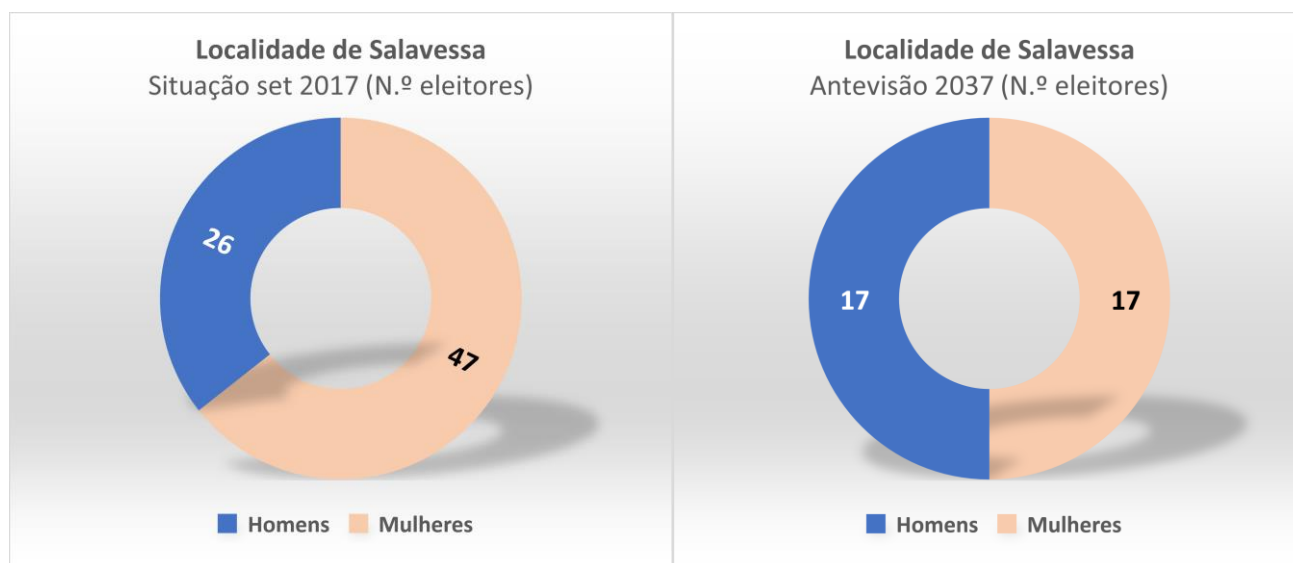
Como se constata da comparação entre os dois gráficos, no correspondente a 2037, é nítido o esbatimento das diferenças entre H e M.

Enquanto os Homens decrescem 9 indivíduos, as Mulheres perdem 30, quase o dobro.

No global da localidade de Salavessa haverá um decréscimo de 39 indivíduos, cerca de metade do existente em 2017.



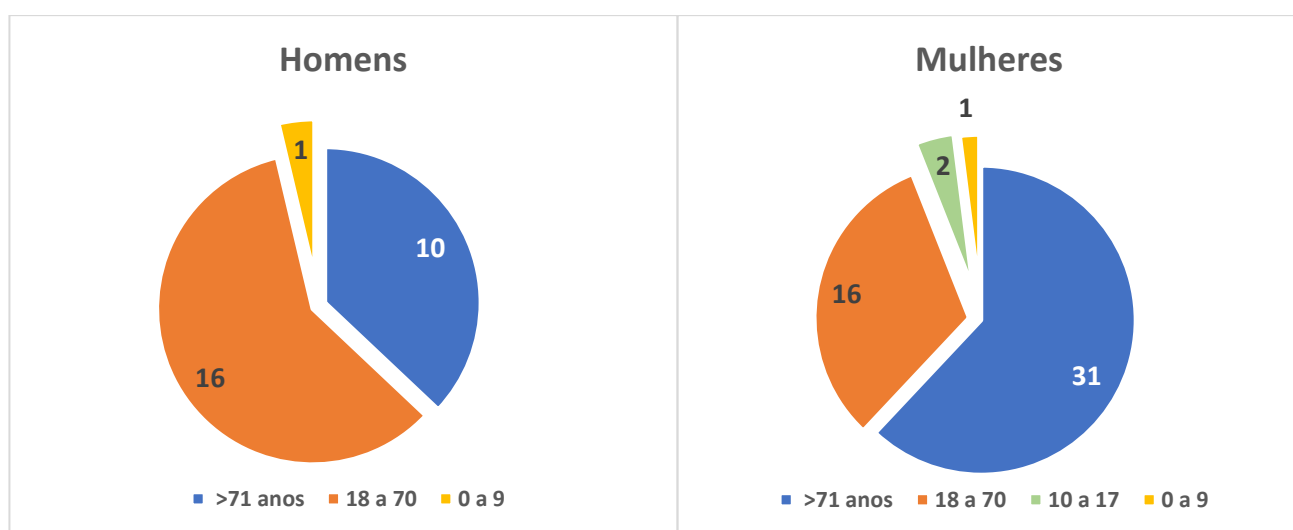
Em 2037, equivalem-se os pesos relativos de Homens e Mulheres, no lugar de Salavessa.



Unidade: número de indivíduos (eleitores) de ambos os sexos da localidade de Salavessa

#### a) Situação em 2017 - por escalões etários

O caso de Salavessa é mais flagrante do que o de Montalvão. A baixíssima taxa de natalidade (0-9 anos), tanto ao nível dos Homens como de Mulheres, explica o drástico decréscimo da população, não se contrapondo à redução nos escalões superiores, em 2037.



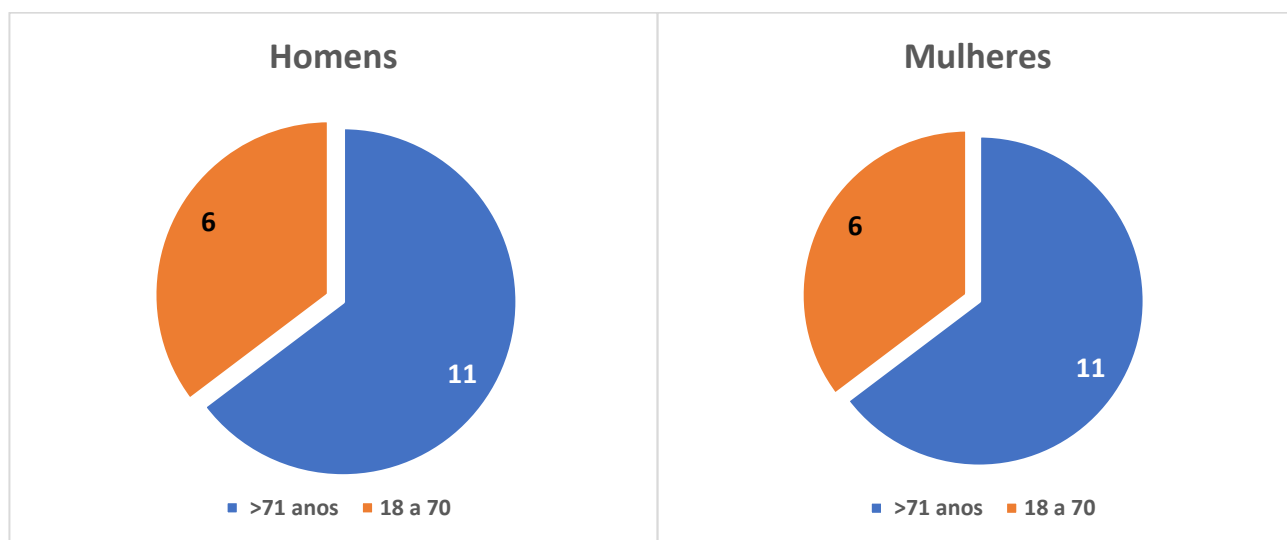
Comparando igualmente estes dois pares de gráficos, tiramos o mesmo tipo de conclusões. A baixa ou nula natalidade (escalão 0-9 anos) e a faixa juvenil (10 -17 anos), não compensam a perda nos

escalões seguintes. E isto sucede, porque, tal como dissemos antes, a faixa da idade ativa (18-70 anos) e dentro desta, o número de indivíduos e casais em idade de procriação tende a reduzir drasticamente, com a curiosidade de tanto em 2017, como vinte anos mais tarde, a dimensão daquela última faixa etária, ser igual para Homens e Mulheres.

- Homens: 2017: 16 / 2037: 6; menos, portanto, 10 indivíduos, na faixa de 18 a 70 anos.

- Mulheres: 2017: 16 / 2037: 6; menos 10, na mesma faixa etária.

#### b) Situação em 2037 – por escalões etários



Também neste caso, a população idosa (> 71 anos) é maioritária nas Mulheres, mas é também neste segmento que se verifica a perda significativa daqui a 20 anos. Enquanto a diferença em 2017 era de +21 Mulheres, em 2037 poderá ser nula, equiparando-se a Homens.

#### 5. Subsídios para algumas possíveis medidas de solução

Para questões complexas, como é o caso, não pode haver soluções simples, nem avulsas, isto é, medidas pontuais, desinseridas de uma visão estratégica global e integrada.

A aplicação das mesmas só está ao alcance dos decisores políticos, em particular dos que detêm responsabilidades no governo do país, nas autarquias ou nos vários organismos de desenvolvimento e do turismo regional. Mas a sociedade civil, preferentemente sob uma forma estruturada e

organizada - em articulação com os poderes instituídos -, não pode ou não deve eximir-se às responsabilidades cívicas que lhe incumbem.

Reconheça-se a crescente consciencialização que, tanto a nível dos poderes do Estado (central e local), como da sociedade em geral, a questão da desertificação do interior do país vem adquirindo, quicá, despoletada, infelizmente, pelos incêndios do último verão e pela mediatização que inevitavelmente adquiriram.

Verifica-se assim uma acrescida preocupação, em especial por parte dos municípios desse interior esquecido, quanto à adoção de medidas que sustentem tal desertificação e permitam, no mínimo, manter os atuais níveis demográficos, já que a reposição dos níveis de outrora é uma perfeita miragem.

Vários daqueles municípios, entre os quais o de Nisa<sup>19</sup>, a que os órgãos de comunicação têm dado o devido destaque, adotaram já ou vêm adotando soluções incentivadoras da natalidade, de auxílio à formação escolar de jovens residentes ou à fixação de pessoas, neste caso através da agilização de procedimentos administrativos, abaixamento/ajustamento de taxas camarárias - como o IMI, por exemplo - que concorram para a recuperação de casas degradadas, novas construções ou, ainda, não menos importante que tudo o resto, auxílios (à aquisição de medicamentos, por ex.) a pessoas carenciadas ou em risco social, idosas ou não. São tudo medidas absolutamente necessárias, sem dúvida, pode-se é questionar se são as suficientes. Mau grado a boa intencionalidade das mesmas, parece que não, a avaliar pelo continuado decréscimo populacional e desertificação das regiões onde estão a ser aplicadas.

A dimensão do problema exige soluções de maior impacte - medidas globais e conjugadas -, decorrentes de um plano estratégico, tendo em conta as especificidades e as necessidades concretas de cada localidade, dado que cada caso é um caso, exigindo, por conseguinte, soluções próprias, a contemplar nos orçamentos municipais.

No caso específico de Montalvão, a que este diagnóstico se aplica, como expressámos logo no início, há razões objetivas para acreditar que possui um potencial de recursos suscetíveis de a partir deles se

---

<sup>19</sup> Notícia de Rádio Portalegre (publicada em 27-01-2018): “O município de Nisa anunciou hoje que irá manter em 2018, pelo segundo ano consecutivo, a taxa mínima do (IMI) Imposto Municipal sobre Imóveis (0.30%), aplicando à mesma uma redução em função do número de filhos que integram o agregado familiar.

Em comunicado a Câmara de Nisa explica que, seguindo uma política de apoio às famílias do concelho, a redução será de 20 euros para quem tenha um filho, a redução de 40 euros para dois filhos e para quem tenha 3 ou mais filhos a redução será de 70 euros.

Para além desta medida, existem atualmente, no concelho de Nisa, outros apoios às famílias, nomeadamente o incentivo à natalidade, com uma verba de 500 euros por nado vivo nascido no concelho e 750 euros pelo segundo nado vivo, a oferta de manuais escolares aos alunos até ao 2º Ciclo, transporte e alimentação conforme os rendimentos do agregado familiar, academia de férias gratuitas, e redução em 50% nas taxas de licenciamento de obras para jovens casais, em prédios destinados a habitação permanente, em que nenhum dos proprietários tenha mais de 35 anos.

Tal como a partir do próximo mês de Fevereiro de 2018, serão aplicadas as novas tarifas reduzidas, como prevê o Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água, para os munícipes com dificuldades económicas, bem como para as famílias numerosas (agregado familiar com 4 ou mais pessoas), no que se refere aos tarifários da água, saneamento e resíduos sólidos, nomeadamente, redução em 51% na tarifa variável da água, 55% na taxa variável de saneamento e isenção na tarifa de disponibilidade nos resíduos sólidos.~

O Município de Nisa mantém todas estas medidas de apoio e auxílio às famílias residentes na área geográfica do seu concelho com o objetivo primordial de combater a desertificação do interior, atrair e fixar população nestas zonas, numa lógica de diferenciação positiva.” (sic)

estudarem e aplicarem medidas estruturantes com impacto positivo no seu desenvolvimento económico e social. Concretizando:

- Montalvão não dispõe de condições objetivas para a criação de indústrias indistintas ou de outro tipo de empresas nas quais tal desenvolvimento se possa sustentar. O que é pena, uma vez que o forçoso recrutamento e fixação de pessoas em número significativo resolveria por atacado um conjunto de problemas com que Montalvão se debate há muitos anos (criação de emprego, consumo interno e decorrente sustentabilidade das pequenas unidades de produção de outrora e do comércio local – o que então existia ou o mais recente e que soçobrou por falta de consumidores –, bem como de estruturas de prestação de serviços públicos – saúde, correios, etc.).

Foi um ciclo vicioso que se criou: por um lado, o drástico decréscimo populacional acarretou o desaparecimento de todas as antigas atividades locais - restando apenas exemplos muito residuais - e, por sua vez, estas não conseguiram sobreviver, por falta de consumidores que as pudessem (e possam) viabilizar e sustentar até aos dias de hoje, pelo menos parte delas.

Atualmente, o maior empregador local é o Lar Joaquim Maria da Costa, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Montalvão - que sobreviverá enquanto houver utentes que o procurem -, logo seguido, por ordem decrescente de ocupação de mão de obra local, da Câmara Municipal de Nisa e da Junta de Freguesia de Montalvão, quase equiparadamente, e, mais pontualmente, do Lagar de azeite local.

A atividade comercial está reduzida a duas pequenas unidades de produção de pão e de alguns tipos de bolos regionais, a três estabelecimentos do tipo café, servindo um deles de restaurante, neste caso, com uma procura sazonal de maior expressão por força das festividades e dos eventos culturais que vêm sendo realizados em Montalvão.

- Nas épocas de maior dimensão demográfica, salvo a plêiade de pequenos comércios e atividades diversas de pequena produção, como ferreiros, ferradores, funileiros, sapateiros, barbeiros e alfaiates, para além de diversas lojas de comercialização de géneros alimentícios, lanifícios, retrosaria e de vários estabelecimentos de bebidas, a economia de Montalvão foi sempre sustentada pela exploração da agricultura, extração de cortiça, olivicultura e pastorícia e, mais marginalmente, pela pequena indústria (quase caseira) dali derivada de carnes, salsicharia e queijaria.

A produção de azeite requeria a existência de mais do que um lagar, mas destinava-se maioritariamente à produção para consumo pelos particulares, que mantinham os respetivos olivais devidamente cuidados e com alguma rentabilidade própria.

Tudo isto são coisas do passado, é certo, e muitas das atividades que desapareceram são irrecuperáveis, até por estarem deslocadas dos tempos atuais, como as ferrarias, os ferradores e algumas mais, comparáveis, mas outras há que nos obrigam a questionar se estarão irremediavelmente perdidas. Pode ser o caso, por exemplo, da produção de azeite, embora com contornos totalmente diferentes, senão vejamos:

- Montalvão dispõe atualmente de um lagar devidamente apetrechado, cumprindo certamente todos os requisitos exigíveis a este tipo de atividade. Não haverá muitos mais no concelho ou mesmo no distrito de Portalegre com tais características e plenamente operacionais.

Por outro lado, o olival existente em Montalvão, embora não estando organizado nos moldes determinados a nível da União Europeia, é abundante e produz um fruto de qualidade, tanto para consumo enquanto tal, como para produção de azeite. No entanto, por falta de mão de obra sazonal para apanha da azeitona, a grande maioria deste fruto ficará por colher, apodrecendo na árvore ou caído no solo.

Mesmo que sejamos levados a considerar que o olival é antigo, mal organizado e disperso e, por conseguinte, não garantindo grande rentabilidade, para além do interesse para consumo particular, há um aspeto que não é questionável e que é o facto de existir o terreno, com a riqueza que dele se pode tirar, se convenientemente aproveitado: para criação de olival nos moldes atuais, de maior rentabilidade, portanto (como vem sucedendo no Baixo Alentejo), ou destinado a outras culturas agrícolas, à pastorícia ou à pecuária extensiva, em sentido geral.

Através dos programas de apoio financeiro aplicáveis a este tipo desenvolvimento agrícola, poderá atingir-se esse desiderato. Será uma questão de, através de uma política de desenvolvimento local, levar o tema à discussão com os proprietários locais, com os industriais dos lagares existentes, na localidade e limítrofes, e com as entidades que possam apoiar na aplicação destas medidas:

- Aos proprietários, que já não obtêm agora qualquer valor dos seus olivais, essencialmente, por falta de condições para os explorar devidamente, interessará certamente poder usufruir de algum rendimento proveniente dos mesmos, baseado em novas condições de exploração, para além de ficarem com eles devidamente tratados, como se vem exigindo.
- Aos industriais produtores de azeite, interessar, por um lado, poder dispor de maior quantidade de matéria prima, com uma qualidade ancestralmente reconhecida e superior à de outras regiões para a produção de azeite, mas também terem a possibilidade de explorar outras áreas de negócio, diversificando a sua produção com o mais alargado aproveitamento da azeitona, em termos de conserva, pasta de azeitona, etc.
- Às entidades oficiais, por através desta concertação de soluções, poderem alcançar o desiderato de combate mais eficaz e sustentável à desertificação das regiões que superintendem.

De facto, se tais medidas puderem ser concretizadas, elas irão suscitar o recrutamento de mão de obra a vários níveis: apoio à recolha do fruto, mesmo que em termos mecanizados e, posteriormente, na produção e distribuição do azeite e nas novas unidades produtivas que possam ser criadas, em torno da azeitona, contribuindo objetivamente para a fixação de parte, pelo menos, dessas pessoas e decorrente recuperação demográfica.

Sem prejuízo do que fica dito, o que à primeira vista surge com maior e mais rápida capacidade de alavancagem da economia montalvanense, é a aposta na vertente do turismo: histórico, cultural, ambiental e de natureza, pois é também aqui que Montalvão dispõe de diversos recursos patrimoniais e onde a sociedade civil, em articulação com a autarquia local, a fábrica da igreja paroquial e a instituição de apoio social local, vêm desenvolvendo iniciativas que se enquadram naquela abrangente perspetiva turística. Esta conjugação de vontades, porém, voluntariosa e pouco



sustentável em termos de futuro, carece do ultra conveniente enquadramento institucional, quer por parte das autarquias locais, em especial do município - por dispor de maiores recursos financeiros, meios técnicos e humanos -, quer de outras instituições vocacionadas para o desenvolvimento regional e do turismo alentejano, em particular desta parte do norte alentejano.

Explicando melhor:

- Através dos eventos que vêm sendo realizados ao longo do ano em Montalvão, há vários anos consecutivos, por iniciativa da sociedade civil, lato senso, criou-se uma dinâmica que seria muito pernicioso desperdiçar e não utilizar como ponto de partida para o desenvolvimento de uma ação concertada, tendo como foco estratégico o progresso económico e social local. Isto, porém, só se conseguirá se tal ação for realizada sob a tutela das entidades autárquicas locais, em especial do município, em estreita articulação com as responsáveis pelo desenvolvimento regional (Associação para o Desenvolvimento Rural do Alentejo-ADER-AL; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte Alentejo-CCDRA; Direção Regional da Cultura do Alentejo-DRCA; e com a empresa Turismo Alentejo-ERT).

Através da ação conjugada e empenhada destas entidades, tendo convenientemente como pivot-dinamizador a Câmara Municipal de Nisa, é possível estabelecer e aceder a programas de recuperação e valorização patrimonial (como, por ex.: o castelo, a Igreja Matriz, a Igreja da Misericórdia e capelas), além da criação de novas unidades com potencial interesse turístico-cultural, como é o caso do desejado núcleo museológico<sup>20</sup> e, a partir deste, a criação de uma agenda de atividades culturais e de outro tipo, de roteiros turístico-culturais no mesmo âmbito, etc., que lhes confirmam a indispensável dinâmica e atratividade, imprescindíveis para a respetiva sustentabilidade.

Sem essa dinâmica, de pouco valerá, por exemplo, a criação de um ou mais “museus”, quais unidades estáticas, esperando por improváveis ou incertos visitantes, tendo em conta os muitos museus que existem por esse país afora, com as portas fechadas, não obstante os avultados (e improdutivos) investimentos e idílicas expetativas que acarretaram.

Por outro lado, também por intermédio de outras organizações locais dedicadas à prática do salutar exercício físico, igualmente desde há vários anos, vêm sendo realizadas iniciativas de diversa índole que vêm atraindo para Montalvão - a par de outras de vocação cultural -, centenas de pessoas com algum impacto na economia local. A recente criação do Centro de Marcha e Corrida de Montalvão (o terceiro a ser criado a nível distrital) é mais um importante contributo para a consolidação e desenvolvimento de novas iniciativas, neste âmbito.

Como referido acima, todas estas iniciativas, porém, estando essencialmente suportadas na disponibilidade e voluntarismo de particulares, correm o risco, como aconteceu no passado, de não terem continuidade, tornando inglório todo o esforço já despendido. Tal não acontecerá, contudo, se forem enquadradas numa política de desenvolvimento regional e local, dinamizadas pelas entidades oficiais competentes.

---

<sup>20</sup> V. desenvolvimento deste tema no final deste capítulo.

Para resumir, voltando um pouco atrás, não havendo em Montalvão condições objetivas (nunca houve, aliás):

1º. Para a criação, por um lado, de empresas industriais ou de outra natureza, com efeito multiplicador e, conseqüentemente, geradoras de emprego direto e indireto em larga escala, que compensasse os efeitos da profunda erosão demográfica. Exceção-se o caso da azeitona e do que a partir dela pode ser desenvolvido, como antes dito;

2º E, por outro, estando as possibilidades de aproveitamento agrícola praticamente circunscritas às vertentes que atrás enunciámos (aproveitamento do olival, pecuária extensiva<sup>21</sup>, aproveitamento da cortiça, ie, daquilo com que a Mãe-natureza dotou Montalvão), pode inferir-se que o combate à desertificação na Freguesia, sem descurar todas as potencialidades que existam ou venham a ser criadas, tem de assentar essencialmente nas vertentes do turismo já referidas, como projeto-âncora do tão necessário desenvolvimento e progresso económico e social.

Para isso, porém, é forçoso tratar primeiramente da recuperação e valorização do expressivo património material e imaterial de Montalvão, promovê-lo e divulgá-lo<sup>22</sup> de uma forma sistemática e profissional, a par da criação das infra e superestruturas de apoio logístico indispensáveis e da subsequente admissão e formação de pessoal, etc.

Mesmo sem esperar que através disto se consiga a criação de condições de emprego com largo espectro, a dinâmica social que dali resultar, a crescente atratividade de Montalvão e a captação sazonal de centenas de pessoas ao longo do ano, atraídas pelas realizações culturais e outras aqui realizadas, mitigam a erosão demográfica, já para não aprofundar aqui os programas oficiais que existem com a finalidade do repovoamento<sup>23</sup> de regiões desertificadas.

E tem sido por intermédio de tais realizações que a interrelação entre Montalvão e diversas outras localidades limítrofes ou mesmo mais afastadas regiões de Portugal e Espanha tem vindo a ganhar uma expressão muito interessante, a merecer já a atenção e o apoio oficial.

A finalizar, caracterizemos o referido projeto-âncora de desenvolvimento turístico-histórico-cultural-ambiental-natureza:

---

<sup>21</sup>Pecuária extensiva: não exige grandes investimentos, podendo ser realizada tanto em grandes propriedades, como em áreas familiares. Corresponde ao cultivo de gado solto, em liberdade. Por ex., o Brasil que é um dos grandes produtores, a par de outros países da América do Sul, cerca de 90 % de todas a sua produção agropecuária respeitam a este tipo de pecuária. Por oposição, a pecuária intensiva, mais moderna, já exige outro tipo de recursos tecnológicos e procedimentos de diferente natureza e, por consequência, maiores custos de exploração, apenas se justificando para o mercado exportador: Não é o caso e, por isso, a pecuária extensiva (de que há alguns exemplos recentes, com recurso a fundos comunitários) é a que, parece, melhor se adequa às necessidades específicas de Montalvão.

<sup>22</sup> A divulgação de eventos diversos por meio das redes sociais administradas pelas diferentes organizações que promovem e realizam eventos em Montalvão tem contribuído muito para a promoção de Montalvão. O portal da Junta de Freguesia de Montalvão, apesar de ter sido criado há pouco mais de dois anos, já foi visitado por quase 12.000 pessoas, sendo os itens mais procurados, à data presente: Apicultura- 2466; Concelho de Nisa-2137; Localização e Acessibilidades-2018 e outros de natureza cultural: A Guerra da Laranjas-1639; Pe. Manuel Godinho-1397; Misericórdia de Montalvão-1265 ou ainda sobre a Economia Local-Produção de Azeite-1516, etc.

<sup>23</sup> Exemplo: <https://greensavers.sapo.pt/programa-portugues-de-repovoamento-rural-ja-tem-1-279-familias-inscritas/>

A criação de um “*museu*”<sup>24</sup> em Montalvão é um desejo antigo da população, nomeadamente para acolher a produção artesanal dos artistas locais, a qual se encontra dispersa pelas suas atuais ou antigas residências.

Na verdade, faz todo o sentido que essa produção tão genuína, a par de outras artes e ofícios ancestrais, outrora relevantes, e que fazem parte da memória coletiva de Montalvão (bordados, ferrarias, ferradores, etc.), fique reunida e preservada em local apropriado, para memória futura. Se mais nada existisse com relevância (o que não é o caso), só aquele núcleo, por si só, justificaria ser preservado e mostrado às atuais e futuras gerações, através da criação de um espaço museológico apropriado e convenientemente organizado.

Mas, felizmente para Montalvão, existem outras áreas e motivos de interesse cultural, tanto para a população direta ou indiretamente ligada a Montalvão, como para potenciais visitantes. Efetivamente, dá-se a circunstância de o seu território estar integrado na zona classificada da “*Arte Rupestre do Vale do Tejo*”, dispondo de um acervo de património megalítico, devidamente identificado e documentado<sup>25</sup>, que, por múltiplas e boas razões, justifica e impõe mesmo ser trazido ao conhecimento do público em geral. O potencial turístico que tal acervo comporta, se apropriadamente explorado, constituirá um inquestionável factor de desenvolvimento económico e social, não só daquela localidade, como decorrentemente do próprio concelho.

Efetivamente, o material que resultou do trabalho de investigação realizado há anos atrás por uma equipa de arqueólogos especializados, na matéria é considerado mais do que suficiente para, com relativa facilidade e rapidez,<sup>26</sup> criar em Montalvão um outro núcleo museológico específico. Este complementaria com enorme vantagem a criação do primeiro, potenciando desse modo o interesse turístico-cultural, quer intrinsecamente, quer, sobretudo, porque lhe deverão estar associadas iniciativas para captação de público, realizadas tanto autonomamente, como em parceria com as organizações que já vêm promovendo e explorando com sucesso alguns roteiros específicos e criando novas ofertas.

---

<sup>24</sup> A Câmara Municipal de Nisa tem prevista a criação, em parte da antiga Escola Primária, de um núcleo dedicado à arte e cultura popular. Com finalidade complementar daquela, a própria Junta de Freguesia de Montalvão, por intermédio de anteriores executivos, com maior preponderância para o atual e para o que o antecedeu, vêm tentando, desde início de 2014, obter a cedência do antigo Posto Operacional da GNR, desativado e desocupado desde há vários anos. Obtida como a cedência por parte do Comandante Geral da GNR, aguarda-se agora (desde junho 2017) a resposta final por parte da entidade tutelar do Estado – Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O termo museu é uma designação genérica, pois como ao longo do tempo viemos a considerar, mediante a informação e aprendizagem adquiridas junto de técnicos abalizados, o conceito mais ajustado ao nosso caso seria a criação de um “*Centro de Interpretação Territorial*”, englobando múltiplas valências, na base do conceito de “museu aberto”, não circunscrito a “quatro paredes”, onde se encaixam perfeitamente as perspetivas da CMN e da JFM, não fazendo qualquer sentido, nem há qualquer interesse para a Freguesia e para o próprio Concelho, que não se integrem num único projeto.

<sup>25</sup> Na zona compreendida entre dois dos afluentes do Tejo, o Ocreza e o já referido Sever, existe um significativo conjunto de estações arqueológicas visitáveis.

<sup>26</sup> Segundo o Arqueólogo António Martinho Batista, à época em que mantivemos contatos, Diretor do Parque Arqueológico do Foz Côa, em reunião realizada em 2014 na JFMontalvão, seguida de visita à parte desocupada da antiga Escola Primária, mostrou-se entusiasmado e disponível para ali criar, com o espólio pessoal que possui, um Centro análogo aos que realizou em Vila Velha de Ródão e no Piódão.

Como é sabido, há anos atrás, o então executivo do município de Nisa, em articulação, supostamente, com a Junta de Freguesia de Montalvão, intentou criar no interior do Castelo um Centro de Arte Rupestre, num edifício construído totalmente de raiz. Infelizmente, foi um desejo liminarmente frustrado, não só pela dimensão do edifício e custos respetivos, como pela localização escolhida, face aos condicionamentos que lhe estão associados. Esta antiga perspetiva é totalmente diferente da atual, dado esta ser económica e financeiramente realizável, porque afasta liminarmente a ideia de edificações a construir e, ao contrário, incide na utilização de edifícios desocupados e devolutos, que a não terem qualquer utilização ou ocupação, terão uma depreciação e uma ruína aceleradas, como já acontece com alguns nessas condições. Foi assim, aliás, que em Cedillo, criaram o Centro Interpretativo local, de Arte Rupestre e outras valências.

E, por maior felicidade ainda, Montalvão, além daqueles, dispõe também de outros atributos patrimoniais que importa desenvolver, como elementos de interesse e com potencial turístico:

- Património arquitetónico histórico (Igreja Matriz, Castelo, Capelas, Igreja da Misericórdia e, com interesse residual, os antigos hospitais e convento);
- Património imaterial (tradições, poesia e cancioneiro populares);
- Geografia da região envolvente, com destaque para os rios Sever e Tejo, com o inerente potencial de turismo-natureza, já hoje em dia este potencial é relativamente aproveitado através das rotas das azenhas, dos moinhos, do “contrabando” e dos passeios pedestres ou das tão concorridas caminhadas, pela natureza envolvente.

A prática da caça desportiva em Montalvão é outra vertente suscetível de maior exploração, assim como a prática do tiro nos períodos de defeso, nomeadamente através da criação de um apropriado campo de tiro. São tudo questões que carecem do aprofundamento e da cooperação entre a autarquia e as organizações de caçadores locais e, eventualmente, com a federação desportiva, no caso do campo de tiro.

Quanto mais alargada e melhor integrada for a oferta associada a todas aquelas valências, maiores garantias de sucesso e sustentabilidade económica e financeira se retirarão das potencialidades que cada polo encerra, per si.

Efetivamente, a conjugação daqueles quatro grandes grupos:

- 1º Arte e cultura popular;
- 2º Arte e cultura rupestre;
- 3º Património arquitetónico e imaterial;
- 4º Roteiros ou percursos naturais,

permite desenvolver a ideia de uma oferta turística global<sup>27</sup> e constante ao longo do ano, o que será, naturalmente, muito mais atrativo, do que a oferta isolada, que cada um, per si, suscitará. O maior interesse que qualquer um deles desperte no visitante, como será natural que aconteça, não só permitirá atrair mais público para outros menos apelativos, como captará um público mais diversificado, mais numeroso e, não despreciando, mais culto, ao qual estará associado um maior poder de compra, potencialmente gerador de maior valor acrescentado para a região.

A tal propósito, convém referir que das várias entidades passíveis de serem convidadas como parceiras, a fim de ampliar e reforçar a dinâmica funcional do projeto e, por conseguinte, a sua sustentabilidade, inclui-se o Ayuntamiento de Cedillo, com o propósito de, conjuntamente, se criar uma oferta turística fronteiriça, que englobe:

---

<sup>27</sup> Na perspetiva apresentada, como referido na nota de rodapé 24, trata-se de um assunto que vem sendo tratado desde início de 2014, a partir da apresentação de pedido formal às entidades tutelares: GNR; Direção Geral do Tesouro e Finanças e Ministério da Administração Interna, tendo em vista a cedência do edifício devoluto, outrora servindo de posto operacional da GNR (antigo posto da Guarda Fiscal), tutelado, em termos patrimoniais, pela DGTF. Obtida como foi a cedência por parte da Comando-Geral da GNR, para a finalidade pretendida pela JFM, aguarda-se desde junho 2017, com insistência em novembro junto do Secretário de Estado respetivo, pela resposta desta Direção Geral à proposta apresentada pela JFMontalvão, culminando um longo processo de troca de correspondência, telefonemas e contatos pessoais.

- o passeio fluvial no Tejo internacional;
- o Centro Interpretativo de Cedillo e outras valências desta localidade e Herrera, por exemplo, e a gastronomia local;
- a oferta turística e gastronómica de Montalvão (com aquelas suas múltiplas valências)
- o concelho de Nisa (também com as suas várias ofertas).

## Nota final

Para que não restem dúvidas quanto ao que levou o signatário a produzir este trabalho - que vale o que vale -, conforme teve o cuidado de referir em “Manifesto” inicial, o mesmo resulta do dever cívico<sup>28</sup> que impôs a si próprio de, através dele, materializar um contributo meramente pessoal, que só a si se deve e responsabiliza.

E se ousou discorrer sobre algumas medidas paliativas, foi para não incorrer no hábito muito generalizado, que não perfilha, aliás, de se opinar sobre o tudo e o nada, sem nada de positivo ou útil acrescentar ou, como aplicável neste caso em concreto, de diagnosticar eventuais problemas sem pensar em possíveis soluções.

As que se sugerem, porém, perderão total acuidade, face ao que as entidades competentes - dispondo de mais informação e da consequente capacidade de intervenção -, acharem que podem e devem ser tomadas, e sejam efetivamente concretizadas. Nesse caso, não poderia haver melhor compensação (a única, aliás) para o autor.

É nessa expectativa que, a finalizar, se remata com um sentimento de esperança, inspirado, uma vez mais, no grande poeta Miguel Torga, já anteriormente citado e transcrito. Desta vez, recorrendo a um outro poema (*Hossana*) que, com os outros dois anteriormente citados (*Cântico Fraternal* e *Canção do Semeador*) parece formar um tríptico dedicado ao futuro, a um futuro de esperança, como importa terminar este trabalho singelo.

### Hossana!<sup>29</sup>

Junquem de flores o chão do velho mundo:  
Vem o futuro aí!  
Desejado por todos os poetas  
E profetas  
Da vida,  
Deixou a ermida  
E meteu-se a caminho.  
Ninguém o viu ainda, mas é belo.  
É o futuro...

Ponham, pois, rosmaninho  
Em cada rua,  
Em cada porta,  
Em cada muro,  
E tenham confiança nos milagres  
Desse Messias que renova o tempo.  
O passado passou.  
O presente agoniza.  
Cubram de flores a única verdade  
Que se eterniza!

---

<sup>28</sup> Quanto mais não seja para não dar razão a dois antigos políticos portugueses. Um terá dito com sotaque beirão que “os portugueses choram muito, mas choram sentados” e outro, já mais contemporâneo, com pronúncia do norte: “se nos demitirmos da intervenção ativa, não passaremos de desportistas de bancada, ou melhor, de políticos de café”; referia-se expressamente à classe política, mas aplica-se igualmente à sociedade civil.

<sup>29</sup> in *Antologia Poética*, 5ª edição, Miguel Torga, publicações Dom Quixote, pg 135); sublinhado nosso.

## Bibliografia:

- GASPAR, Jorge – introdução e direção; “Portugal em Mapas e em números” coleção Espaço e Sociedade; Livros Horizonte; 1ª edição, janeiro de 1979; 2ª edição, Janeiro de 1981
- BRITO, Raquel Soeiro – direção; GOUVEIA, António Camões; PIMENTEL, Dulce; BAPTISTA, Francisco Oliveira; SOUTO, Henrique; BRITO, Joaquim Soeiro; TEIXEIRA, José Afonso; OLIVEIRA, José Chambel; FERREIRA, Júlia; POEIRA, Maria de Lourdes; PIMENTEL, Nuno; SOARES, Nuno; BRITO, Raquel Soeiro; SALVADOR, Regina; BRITO, Rita; JULIÃO, Rui Pedro; ALMEIDA, Virgínia Ferreira; “Portugal Perfil Geográfico”; referência / editorial estampa, 1994, Lisboa.
- BARRETO, António-organização e texto; PRETO, Clara Valadas; FERRÃO, João; ROSA, Maria João Valente; MÓNICA, Maria Filomena; LOPES, José da Silva; CARREIRA, Henrique Medina; RODRIGUES, H. Nascimento; “A Situação Social em Portugal, 1960-1995”; Instituto de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa; abril de 1996.
- FERRÃO, João; “A Demografia Portuguesa”; Cadernos do Público, n.º 6.
- ROSA, Maria João Valente; “O envelhecimento da População Portuguesa”; Cadernos do Público, n.º 3.
- FERRÃO, João; “O Ordenamento do território como política pública”, 2ª Edição; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2014.
- FERREIRA, António Fonseca; “gestão estratégica de cidades e regiões”; 3ª edição | revista e atualizada; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Maio de 2015.
- TORGA, Miguel; Antologia Poética, 5ª edição, publicações Dom Quixote.